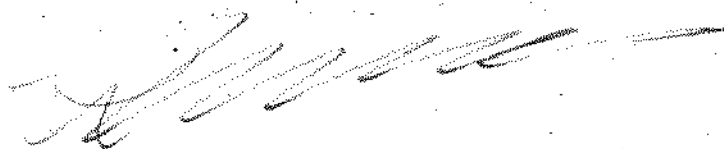


UNICAMP
Universidade Estadual de Campinas

O PESSEDISMO E O BARATISMO NO PARÁ

Este exemplar corresponde à
edição final da dissertação
de féu de da e aprovada pela José Queiroz Carneiro
comissã fulgadaa em
28/06/91



UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

O PESSEDISMO E O BARATISMO NO PARÁ

JOSÉ QUEIROZ CARNEIRO

ORIENTADOR: LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES 1934-

Dissertação apresentada ao Instituto
de Ciências Humanas da Universidade Es-
tadual de Campinas para a obtenção do
grau de Mestre em Ciências Políticas.

SÃO PAULO

1991

"ÀS URNAS, PESSÉDISTAS!"

(Conclamação, pelos jornais,
do PSD paraense aos seus
eleitores, em dia de eleição).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	II
SINOPSE.....	IV
ABSTRACT.....	V
INTRODUÇÃO.....	6
 I - O PSD NACIONAL: SUA ORIGEM.....	 14
 II - MAGALHÃES BARATA: SUA TRAJETÓRIA.....	 21
2.1 - A formação militar.....	22
2.2 - O aprendizado político.....	26
 III - O PSD PARAENSE: 20 ANOS DE POLÍTICA.....	 32
3.1 - A fundação do Partido.....	33
3.2 - Barata comanda a Convenção.....	41
3.3 - Composição social do Partido.....	49
3.4 - Performance eleitoral.....	64
3.5 - 1950: a inesperada derrota.....	70
3.6 - O PSD fora do governo.....	81
3.7 - 1955: Barata e sua última eleição.....	92
3.8 - Morte de Barata: auge e declínio do PSD.....	107
3.9 - PSD: O princípio do fim.....	120
 IV - PSD E MAGALHÃES BARATA: A OPOSIÇÃO.....	 132
4.1 - Magalhães Barata e a oposição da sociedade.....	133
4.2 - O PSD e a oposição partidária.....	143
 V - MAGALHÃES BARATA: AS DIMENSÕES DO MITO.....	 153
5.1 - Bases políticas do Baratismo.....	154
5.2 - O populismo Baratista.....	160
5.3 - A Mística do Baratismo.....	178
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 188
NOTAS.....	195
BIBLIOGRAFIA.....	205

APRESENTAÇÃO

O cerne deste trabalho é um partido político, o PSD - Partido Social Democrático - estudado dentro de uma perspectiva essencialmente local, no Pará, desde a sua fundação, no ano de 1945, até às proximidades de sua extinção, cerca de vinte anos depois.

A intenção é contribuir para o resgate de parte da história política do Estado, cujos estudos a respeito ainda são por demasiado carentes, sobretudo no que tange especificamente aos partidos políticos que atuaram no Estado.

O estudo particularizado do PSD regional traz, em seu bojo, uma questão fundamental que é a figura de seu fundador, o general Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, com longa vivência política no Estado, onde ocupou, por duas vezes, a interventoria (de 1930 a 1935 e de 1943 a 1945), a senatória (eleito em 1946 e reeleito em 1954), o Governo do Estado (eleito em 1955), já mais tendo perdido a posição de líder incontestável de seu partido, um líder autoritário, carismático e populista.

O desenrolar da linha central deste estudo caminha em duas vertentes, ou sobre dois pontos de intersecção: de um lado, um partido que cresce vertiginosamente, em quadros e em representação eleitoral e, de outro, o comando rígrado e personalista de uma única pessoa, o seu fundador. Ambos se misturam, se confundem, formando um amálgama indissociável: Magalhães Barata é o PSD e o PSD é Magalhães Barata. O seu braço forte forjará a ossatura de um partido conservador que se agiganta e domina a arena política do Estado.

Ao fim e ao cabo, este estudo procura demonstrar como o Partido Social Democrático se organizou no Estado e como se operou o comando político exercido em sua totalidade por Magalhães Barata.

SINOPSE

Essa dissertação analisa a estrutura interna do Partido Social Democrático, no Pará, desde a sua fundação, em maio de 1945, até sua extinção, em 1965, dando destaque à figura carismática de seu líder, Magalhães Barata que, durante cerca de 14 anos, comandou com absoluta e incontrastável autoridade a nova agremiação política.

É um estudo em que se cruzam e se interpenetram um partido político, que se sobressaiu na vida paraense, e a história de seu criador, que também dominou a cena política do Pará.

Pesquisou-se o interior desse partido que teve a máquina estadual completamente em suas mãos e soube usá-la a contento, manipulando-a à sua vontade.

Por outro lado, indissociável do PSD no Pará, é a figura importante de Magalhães Barata, o general que, desde a revolução de 1930, quando foi guindado, ainda tenente, à interventoria do Estado, não mais saiu de cena, vindo a falecer como governador eleito em 1959, no auge de seu prestígio e da força do PSD.

Este trabalho, portanto, ressalta as relações pessoais de comando com que Barata conduziu o partido desde sua fundação, sua presença no poder, as alianças partidárias, a du na oposição coligada que enfrentou e sobretudo a organização muito peculiar do PSD paraense.

ABSTRACT

This dissertation attempts to analyse the internal structure of the PSD (Social Democratic Party) in Pará, since its early days, in May 1945, until its extinction, in 1965. The study focus upon its charismatic leader, Magalhães Barata who, along fourteen years, ruled with firm and absolute command over the novel political association.

The study means to point how the PSD and its leader paths crossed and intermingled, for, if on one hand the party was very outstanding in the history of Pará, on the other hand, its leader had a very domineering role in the Paraense political scene.

The research emphasizes the inner organization of this party, which, with a complete grip over the state system, was thus able to use and manipulate it to ease.

Again, the party cannot be viewed apart from the eminent personality of General Barata who, since the 1930 Revolution, while still a Lieutenant, was commissioned to the post of State Interventor to never again leave the state political scene, as he died as the elected Governor of Pará, in 1959, on the heights of his personal prestige and power of the PSD.

INTRODUÇÃO

As maiores lacunas nos estudos existentes a respeito dos partidos políticos no Brasil podem estar localizadas na carência de abordagens mais particularizadas, como, por exemplo os estudos de casos regionalizados. O presente trabalho partiu precisamente desta constatação, de que é cada vez mais urgente a necessidade de estudos que visem ao resgate da história política do País, através dos partidos políticos.

Se por um lado é clara a questão relacionada com a fragilidade do quadro partidário brasileiro, cuja evidência tem sido propalada à exaustão, por outro é absolutamente verdadeiro que a incidência desses estudos, além de favorecer a historiografia, pode perfeitamente contribuir para a gradual alteração desse quadro depreciado.

Como se sabe, a precariedade da questão partidária no Brasil é herança que remonta ao Império, tendo a República demorado, mais do que devia, para produzir alterações substanciais nessa crônica situação.

Os partidos nacionais que surgiram no bojo da re democratização de 1945 são um pequeno indício das primeiras trans formações que se operaram no interior do sistema político, mui to embora esse fato não tenha sido suficiente para garantir as mudanças totais de rumo que o País reclamava.

A literatura existente sobre os partidos políticos nacionais tem sido razoavelmente fértil, sobretudo quando se preocupa em analisar as razões, unânimes, da arquiconhecida fra gilidade partidária. Mas essa produção se rarefaz quando a ques tão se liga ao interior do aparelho partidário que, frágil ou não, mantém-se em funcionamento, a despeito das interrupções que ao longo do tempo também contribuíram para o seu enfraqueci^{mento}.

Daí a extrema importância que se deve dar às análi ses que contemplem estudos de casos, principalmente levando-se em conta as peculiaridade do País, capazes de ensejar tratamen tos diferenciados para a mesma questão. Aqui cabe a afirmativa de que os estudos sobre os partidos políticos paraenses, em nū meros praticamente inexpressivos e tão pouco sistematizados, não conseguem dar conta da evolução política alcançada pelo Pará. Essa carência deriva, evidentemente, da questão central, ou seja, a famosa inautenticidade partidária é alimentada pela sua própria natureza, que provoca um círculo vicioso muito ób vido: a imagem desgastada dos partidos aumenta o descrédito por parte da sociedade que acaba não se encontrando neles.

Uma das variáveis que incidiram diretamente sobre isso foi a descontinuidade do sistema partidário que impediu sua consolidação. Ao longo da história, o País presenciou inúmeras rupturas do quadro partidário, que acabaram por desvirtuar a evolução consistente dessas instituições, tão importantes para a vida democrática. Em última instância, essa decantada fragilidade foi um produto adredemente elaborado pelas elites que dominaram o país.

Não obstante, fragilizados e artificiais, os partidos políticos não deixaram de sobreviver a toda essa onda contrária que tinha em conta descaracterizá-los e pô-los a reboque, atrelados ao comando político do Executivo forte, que tem sido e ainda é a marca tradicional da política brasileira. A seu tempo, e diante de tudo isso, os partidos políticos brasileiros marcaram a sua importância para a nossa vida política, de tal modo que a recuperação dessa história é fundamental para o entendimento de quanto é possível transformar nesse quadro. Principalmente, quando se direciona as vistas para a questão mais particularizada, para os partidos considerados de per si, para as questões regionais, onde se pode visualizar a vida partidaria mais de perto, radiografando a base social dos partidos e articulação local/nacional. E foi em função dessa já citada lacuna que surgiu este trabalho, voltado especificamente para o estudo do Partido Social Democrático, seção do Pará.

O período escolhido cobre todo os cerca de vinte

anos de vida do PSD, que surgiu em 1945 e foi extinto em 1965. Mas o fato do partido ter sido fundado e comandado por uma só pessoa e não, por exemplo, por um grupo ou uma oligarquia, trouxeram à tona mais problemas, que forçaram inclusive a mudança do título do trabalho.

Diante do estimulante desafio, as dificuldades maiores, como não poderiam deixar de ser, ficaram por conta das fontes que subsidiaram a pesquisa. As informações principais sobre o partido provieram, basicamente, de pesquisas bibliográficas, documentos escritos e, sobretudo, jornais e entrevistas com remanescentes, principalmente os pessedistas históricos e/ou seus descendentes. Os arquivos pessoais não foram de muita valia, ou porque tivessem sido dispersados (pelos familiares que não tiveram o devido cuidado) ou porque estejam guardados a sete chaves. Por incrível que pareça, ainda há os sonegadores de informações que prejudicam a investigação científica, seja por vaidade, seja por interesses diversos.

No caso específico do PSD paraense, um incêndio em sua antiga sede destruiu boa parte da documentação pertinente a sua fundação e estruturação inicial. Os dados eleitorais também não tiveram melhor sorte: na mudança da sede velha para o novo prédio especialmente construído, o Tribunal Regional Eleitoral requisitou a ajuda de alguns presidiários que iam deixando de lado a "papelada" que "julgavam" desinteressante. Daí a importância da fonte jornalística, que também apresentou um

agravante: as coleções disponíveis na Biblioteca Pública Estadual estão em precário estado de conservação e, pelo excesso de manuseio, dificilmente alguém pode contar com todos os exemplares de quaisquer dos periódicos que já circularam no Pará. Por isso, a história do partido teve que ser reconstruída através de material esparso, artigos, entrevistas e depoimentos pessoais, já publicados ou concedidos para este fim. Na medida dessas dificuldades, foi possível recompor pontos essenciais do partido político que teve predominância indiscutível no Estado e que até hoje ainda influencia alguns personagens da cena política do Pará. E assim puderam ser feitas algumas inflexões capazes de explicar essa expressiva trajetória política, numa época e local onde as condições sócio-econômicas não permitiam supor um bom desempenho para uma agremiação política, pelas razões já mencionadas.

Por outro lado, o levantamento de informações sobre a figura de Magalhães Barata e, por extensão, sobre o baratismo ficou mais fácil, obviamente, em função do longo tempo de sua permanência na luta política estadual. Nesse caso não faltam livros, notícias, entrevistas já publicadas e depoimentos inéditos - a favor e/ou contra - suficientes para aclarar e até desmistificar, quando fosse o caso, toda a lenda criada em torno dessa figura histórica, ator principal dos mais importantes atos políticos que o Pará presenciou a partir da revolução de 1930, até os nossos dias.

Por isso, este estudo não poderia deixar de enfa
tizar as duas faces - partido e fundador - muito embora, nas
Considerações Finais; haja o reconhecimento de que ambos acaba
ram virando uma unidade real e, para dizer o mínimo, indissociá
vel.

Dessa forma, o presente trabalho analisa por um
lado a história política do PSD no Pará, em todos os seus con
tornos, mas sobretudo atentando para duas vertentes essenciais:
a base social do partido, com sua perfeita adequação a estrutu
ra do Estado e, afinal, a sua sobrevivência, com igual ou me
lhor performance eleitoral, após a morte de seu fundador. Como
se sabe, essa é uma das características que podem consolidar um
verdadeiro partido político.

Por outro lado, privilegia a figura de Magalhães
Barata e faz uma incursão pelo interior do baratismo, buscando
explicações teóricas e históricas derivada do populismo, que
permeou a vida política brasileira a partir da década de 1930.
Isto por si só mereceria um trabalho específico e isolado, mas
sua vinculação com o PSD produziu, afinal, o problema a ser so
lucionado na pesquisa: até que ponto o PSD do Pará dependeu de
seu líder Magalhães Barata ou, reciprocamente, como o baratismo
se utilizou do PSD para cristalizar-se no Estado como movimento
político hegemônico?. O ponto alto da análise foi a adequação
de uma personalidade calcada no autoritarismo aos novos tempos
democráticos, consagrados ao desenvolvimento amplo da atividade

partidária.

Assim, o período que se abre em 1945 e se fecha em 1965 apresenta no Pará uma tonalidade política muito variada, mas fundamentalmente determinada pela expansão do sistema partidário que teve, no baratismo e no pessedismo, campo fértil para marcar vigorosamente a história política do Estado.

I - O PSD NACIONAL: SUA ORIGEM

Sobre o Partido Social Democrático, surgido nas vagas da redemocratização de 1945 muito já se escreveu, não sendo pequena também a quantidade de depoimentos publicados pelos próprios políticos que participaram de todos os momentos ligados à fundação do partido. E a época de surgimento do PSD ganha um referencial especial por duas razões fundamentais e bem conhecidas: primeiro, a questão da redemocratização, quando o País começa a sair dos rigores impostos pela ditadura do Estado Novo e segundo, porque, pela primeira vez, a sociedade se vê frente à novidade dos chamados partidos nacionais. Com efeito, o marco é extremamente importante, na medida em que delimita a passagem de um período de domínio oligárquico para uma nova concepção de participação política, rompendo uma tradição fonte de dominação regional, como a que caracterizou a Prímeira República.

Assim, o Partido Social Democrático - juntamente com outros que surgiram no mesmo período e dentro da mesma denervação - encontra um terreno fértil para se desenvolver, numa sociedade ávida por fazer política.

A respeito do PSD existem dois estudos específicos e que foram produzidos nas duas últimas décadas: o primeiro é a tese de mestrado de Lúcia Lippi de Oliveira que procura mostrar exatamente a dificuldade encontrada no País para se tratar do assunto, em virtude de uma certa tradição que informa inexistirem no Brasil organizações que mereçam ser as sim denominadas e também " o conhecimento de que as oligarquias locais são elementos presentes no quadro partidário e que fazem a vida partidária girar em torno de seus interesses lo cais". (1).

Com efeito, essa é a posição mais conhecida na análise dos sistemas partidários existentes no Brasil, podendo-se ter como unânime entre os estudiosos a opinião de que a tradição impôs ao País uma estrutura partidária frágil e dependente do Poder Executivo. A unanimidade dessa opinião enveda por todos os períodos da vida política do País, desde o Império até os nossos dias, não sendo demais destacar que essa tradição decorre, evidentemente, de variáveis seguras e adredemente preparadas, com o fim exclusivo de manter a so ciedade à margem de participação mais decisiva nos rumos traçados pela dominação.

Lúcia Lippi examina, em seu trabalho, a vida interna do PSD, dando destaque para sua estrutura e seu papel na conjuntura nacional, quer participando do governo, quer como eventual avaliador da estabilidade política do país, em meio

às inúmeras crises do período. Ela ressalta que o "PSD foi o partido que conseguiu se adaptar melhor às peculiaridades da diversidade nacional", demonstrando que, à despeito de ter sido criado de cima para baixo, praticamente imposto pela conjuntura do momento o partido soube conviver com esse espectro, na medida em que se permitiu crescer e se integrar, com certa habilidade, às sinuosas engrenagens da política brasileira.

O outro estudo, de Lúcia Hipólito (2) tenta demonstrar a importância no partido de suas principais lideranças que, com grande habilidade, souberam se conduzir no comando da agremiação, de modo a participar com discernimento das crises políticas que o País atravessou, neutralizando-as e servindo sempre de ponto de equilíbrio entre o governo e as oposições. A autora destaca o alto nível "profissional" dos políticos pessedistas que, malgrado o apego indiscriminado ao clientelismo e ao populismo, souberam se comportar sempre com alto grau de eficiência na articulação capaz de manter o País em plano de relativa estabilidade. Daí que a autora considera ter sido o PSD um fiel da balança, o avalizador final dessa relativa estabilidade que permeou a vida política e partidária brasileira, a partir de 1945 até o golpe de 1964. Em suma, foi a ação influente e participante de seus principais líderes nacionais que deu coerência ao que caracterizou, afinal, um estilo de fazer política e que se traduzia, até mesmo, numa simples palavra, o pessedismo.

Nessa linha de abordagem, o PSD é visto como um grande partido que, a despeito de suas deficiências, conseguiu cumprir - e bem - parte de sua finalidade precípua, qual seja a de servir de articulador entre a sociedade civil e o Estado. Foi, sem dúvida, um partido conservador, na medida em que lutava pela manutenção do status quo em que surgiu (governo Vargas, desequilíbrios sócio-econômicos, etc), com lampejos progressistas, na medida em que apoiou conquistas populares significativas e estruturou-se de modo a atuar convincentemente, isto é, ganhando eleições e governando.

A criação do PSD é considerada o resumo do padrão de organização política (3) sobretudo por causa da forte articulação existente em todos os níveis de sua atuação.

Com base nesses dois estudos - mas não somente neles, porque o PSD também mereceu outras abordagens, embora não tão desenvolvidas - é que se tenta aqui situar o PSD num plano essencialmente local, com vistas a detectar a uniformidade de ação e de métodos em relação às normas adotadas a nível nacional. E mais do que isso, especificar a influência de uma liderança ímpar, oriunda da revolução de 1930, que vem a ser o dado importantíssimo a consolidar, no Estado do Pará, o Partido Social Democrático.

No Pará, o PSD teve uma estruturação relativamente peculiar, sobretudo por ter arregimentado, na sua formação,

1931, reunia boa parte das forças que fizeram a revolução de 1930 no Estado, sendo seu primeiro diretório composto por José Malcher, Abel Chermont, Mário Chermont, Alcindo Cacela, Veiga Cabral, padre Lenadro Pinheiro, Ismaelino de Castro, Abelardo Conduru e José Pingarilho.

Com o Partido Liberal (com um nome àquela altura contraditório para a personalidade de seu fundador) Barata inicia a sua longa trajetória política e as bases desse partido estarão sempre em torno de suas ações, inclusive com companheiros que, mesmo divergindo, não deixaram de lhe acompanhar por toda a vida. Nesse Partido Liberal, Barata teve o seu grande aprendizado de política, confirmando a tese já sacramentada de que o partido político deve ser uma escola de política e de políticos. Ainda engatinhando nas artes e artimanhas da política, Barata encontrou no seu Partido Liberal o local natural para começar a implantar seu projeto político, num momento em que o País também começava a passar por profundas transformações na sua estrutura econômica, social e política, em função da revolução de 30, da industrialização, da nova classe urbana em formação, etc...

Em maio de 1933, realizaram-se eleições para a Constituinte Federal. Todos os deputados paraenses foram eleitos pelo Partido Liberal, na primeira manifestação positiva do prestígio que o interventor já desfrutava desses deputados, em número de sete, foram: padre Lenadro Pinheiro, Mário Chermont,

basicamente quadros antigos, oriundos de outros partidos e outras épocas, como foi o caso do Partido Liberal, fundado em 1931 pelo então interventor Magalhães Barata e que teve curta duração mas grandes vitórias eleitorais.

Este trabalho privilegiará a figura de Magalhães Barata na medida de sua importância para a formação, estruturação e manutenção do PSD, seu vertiginoso crescimento eleitoral, os espaços à direita e à esquerda que o partido ocupava, a oposição combativa que recebia e sobretudo a obstinação de seu líder, responsável por uma férrea disciplina partidária imposta aos seus quadros, dirigentes e militantes.

Por mais que se tente, é impossível dissociar-se a figura de Magalhães Barata da história do PSD no Pará. E para compreender esta, é indispensável conhecer aquela, em todas as suas nuances, como começará a ser feito nas páginas seguintes.

II - MAGALHÃES BARATA: SUA TRAJETÓRIA

2.1 - A FORMAÇÃO MILITAR

A biografia de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata é sinuosamente rica para um menino que, nascido em Belém (no dia 2 de junho de 1888) passou sua infância nas barrancas de Monte Alegre, no Baixo Amazonas. Estudou no Liceu Paraense, Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre e Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, de onde saiu aspirante-oficial em 1911. Classificado no 47º Batalhão de Caçadores, em Belém, foi promovido a segundo-tenente em 1915, em cujo posto comandou a guarnição da fronteira Brasil-Guiana, no Oiapoque. Em 1920 foi promovido a primeiro-tenente e transferido para o Rio de Janeiro.

Foi na década de 20 que começou, efetivamente, o seu engajamento na luta política, ainda dentro do Exército, como são exemplos a destacar sua participação nos movimentos revolucionários da época, posto que, em 1922, ligou-se ao "tenentismo", que dava início à grande reação que veio a desaguar, com sucesso, na revolução de 1930. Em 1923, Magalhães Barata foi preso em São Paulo, sob a denúncia de que iria prender o Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, num ato que de

sencadearia o levante simultâneo dos corpos de tropa aquartela dos no Paraná e Rio de Janeiro. Posteriormente, foi transferido para o 27º BC de Manaus, onde se encontrava quando, em julho de 1924, estourou, na capital do Amazonas, a revolta de apoio ao movimento constitucionalista paulista e Barata foi nomeado chefe de polícia do governo revolucionário. Este, ampliando seu raio de ação, tenta conquistar o médio e o Baixo-Amazonas, tendo ocupado, efetivamente mas por bem pouco tempo, as cidades de Óbidos e Santarém, no mês de julho de 1924. Mas o general Menna Barreto, comandante das forças legalistas, reconquista as cidades, destitui o governo revolucionário de Manaus (que estava chefiado pelo tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior). Preso, Magalhães Barata foi conduzido para Belém, juntamente com seus companheiros (chegaram a Belém, a bordo do navio "Rio Aripuanã, no dia 14 de novembro), tendo ficado confinado no quartel do 26º Batalhão de Caçadores. Em janeiro de 1925, Barata foge dessa prisão e meses depois alcança a fronteira do Brasil com o Uruguai, refugiando-se na cidade de Rivera, de onde só retornaria poucos meses antes da revolução de 1930. Em Belém, chegou clandestinamente para conspirar mas foi descoberto e preso, sendo enviado para o Rio de Janeiro, de onde novamente conseguiu fugir, desta vez do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária. Em outubro de 1930 Barata dirige-se para Vitória a fim de sublevar o 3º Batalhão de Caçadores e de lá para a fronteira de Minas, de onde invadiria o Espírito Santo.

Enquanto isso, as forças revolucionárias do Pará assumem o poder, a despeito de terem sido dominadas pelo governador Eurico Valle que, diante da vitória da revolução no plano nacional, prefere entregar o cargo a resistir, para uma junta de quatro membros, sendo dois militares (Ismaelino Castro e Álvaro Cabo) e dois civis (Abel e Mário Chermont).

No dia 11 de novembro, por imposição dos revolucionários paraenses, Magalhães Barata é escolhido para ocupar a interventoria (em que se transformara o cargo de Governador do Estado), que assume no dia seguinte por nomeação de Getúlio Vargas. Barata chegou a Belém, para isso, em companhia de Juarez Távora e José Américo de Almeida.

A partir deste fato, modificam-se os rumos da vida de Magalhães Barata, pois ele ingressa numa nova fase, em que misturará duas carreiras: a militar e a política, com inteiro predomínio desta, já que será no seu primeiro período como interventor que Barata lançará as bases do seu prestígio popular, que o acompanhará até sua morte, em 1959.

2.2 - O APRENDIZADO POLÍTICO

Nesta sua primeira interventoria, que se estende ria até o ano de 1935, Barata agiu no Estado com mão de fer ro, avalizado pelos plenos poderes que a revolução, Getúlio Vargas e as circunstâncias lhe permitiram. Assim, ele pôde im por sua autoridade e seu autoritarismo no comando do Estado com vistas a alterar sua face, sobretudo administrativa e com especial atenção para o criterioso uso dos dinheiros públicos. Com isso, a população viu chegar, de fato, a revolução no Esta do, podendo perceber as substanciais mudanças de comportamento no poder que o novo interventor introduziu. Paralelamente a es sa ação de cunho moralizadora, Magalhães Barata não se descuidava do aspecto político da questão, muito embora tenha delegado poderes para que Abel Chermont fosse o articulador político de seu governo, sem maiores prejuízos para o controle que exercia no Estado.

O primeiro grande lance político de Barata pode ser expresso pela fundação do Partido Liberal do Pará, filiado à União Cívica Nacional e de total apoio à política de Getúlio Vargas. Esse novo partido, fundado no dia 6 de dezembro de

Clementino Lisboa, Moura Carvalho, Rodrigo da Veiga Cabral e Joaquim Pimenta de Magalhães), muito embora a oposição já começasse a se organizar, em torno da chamada Frente Única Paraense.

No ano seguinte, no pleito para a Assemblêia Estadual Constituinte, o Partido Liberal conseguiu eleger 21 dos 30 deputados, os quais teriam também a atribuição constitucional de eleger o novo Governador do Estado, cargo para o qual Magalhães Barata era o candidato natural, sobretudo por que dispunha de folgada maioria no colêgio eleitoral que ungiria o seu nome. Pouco antes da eleição, sete deputados do Partido Liberal, juntamente com os demais deputados da Frente Única, asi laram-se no Quartel General da 8ª Região Militar, numa atitude que até hoje divide as opiniões de baratistas e anti-baratistas, aqueles considerando o ato uma clara traição e estes como um gesto normal de adesão política.

No mesmo dia, a Assemblêia convocou os suplentes, fiéis a Barata, para o lugar dos dissidentes e o elegeu governador. Barata assumiu imediatamente e logo deu posse ao secretário. Mas os dissidentes, sob a proteção do Exêrcito, deixaram o Quartel General em direção a Assemblêia Legislativa. Houve tiroteio, a cidade agitou-se e a eleição foi anulada. O Governo Federal resolveu intervir no conflito e enviou o major Carneiro de Mendonça para normalizar a situação e, dos entendimentos mantidos, surgiu o nome de conciliação de José Malcher, que foi aceito por Barata. A Assemblêia Legislativa elegeu o

novos governador no dia 28 de abril e Magalhães Barata retornou à vida militar. Mas mesmo na caserna, Barata não perdeu o contato com suas bases no Estado e, por onde andou nas missões do Exército, sempre manteve regular correspondência com seus amigos, aliados e antigos liderados. (Entrementes, o Governador José Malcher viu-se confirmado, em 1937, como interventor no Estado Novo getulista).

O retorno de Magalhães Barata à vida política ocorreu em fevereiro de 1943, quando foi nomeado, por Getúlio Vargas, pela segunda vez, interventor federal do Pará. Essa segunda interventoria tem suscitado controvesos comentários a respeito das razões que teriam levado Getúlio Vargas a colocar Barata no governo. Uma delas, citada pelo jornalista Carlos Roque (4) menciona a eventualidade de um ataque à Guiana e a necessidade que Vargas teria de um homem forte no Estado. A outra versão liga-se mais genericamente ao esforço de guerra que o Brasil empreendia e, em consequência, à confiança que Vargas depositava em seu antigo aliado oriundo do tenentismo. No discurso que fez ao chegar a Belém, Magalhães Barata elucida superficialmente a questão, quando se refere à necessidade de mandar trabalhadores para a produção de seringa, que os aliados precisavam tanto.

É evidente que, ao voltar, mesmo sob a ditadura estadonovista, Barata encontrara um Estado diferente daquele que governara há quase quinze anos. Agora, por causa dos efeitos

externos e do desgaste político de Getúlio, os ventos da rede mocratização começavam a soprar no Brasil e ele teria, para so breviver, que redirecionar o seu projeto político, o que efeti vamente fez.

Em 1945, fundou o Partido Social Democrático e, em seguida, desincompatibilizou-se da interventoria para concor rer ao Governo do Estado.

Impedido nesse intento, por causa de nova legisla ção, candidatou-se vitoriosamente para o senado e, em janeiro de 1947, elegeu seu mais fiel aliado, Moura Carvalho, para o governo estadual.

Em 1950 perdeu as eleições governamentais para o general Zacarias de Assunção e em 1954 foi reeleito senador. No ano seguinte, elegeu-se finalmente, pelo voto direto, Gover nador do Pará, cargo no qual viria a falecer, em maio de 1959.

Somente sob o comando direto de Magalhães Barata, o PSD desfrutou de cerca de 14 anos de predomí nio político no Estado do Pará (mesmo contabilizando algumas derrotas eleitora is, incapazes, porém, de desestruturar a agremiação). Se adici onar-se a esse tempo as duas interventorias (a primeira de cer ca de cinco anos e a segunda de aproximadamente dois anos) ver se-ã que Magalhães Barata efetivamente desfrutou de um longo período na liderança do processo político-administrativo do

Parã, a partir da revolução de 1930. É um tempo por si só deter^{minante} da importância de uma liderança personalista e carismá^{tica}, que influenciou decisivamente mais de uma geração de po^líticos.

É em cima dessa perspectiva - a duradoura presença de uma liderança política - que se constrói a linha central deste trabalho, como já foi ressaltado.

A nosso ver, a figura de Barata é determinante pa^{ra} a política paraense, por ter irradiado permanentemente uma forma de luta que galvanizou, por um lado, enorme simpatia mas que, por outro, suscitou fortíssima oposição, completando um quadro de efervescência política que foi o apanágio de uma épo^{ca} bem particular.

III - O PSD PARAENSE: 20 ANOS DE POLÍTICA

3.1 - A FUNDAÇÃO DO PARTIDO

Desde os seus primeiros passos, o Partido Social Democrático esteve ligado à figura de Magalhães Barata. Inicialmente por causa da interventoria, já que coube a Barata toda a articulação oficial para a fundação do partido, por delegação de Vargas. Como se sabe, o PSD desfrutou integralmente das benesses do poder para a sua formação, tanto a nível nacional, quanto nos Estados. Os interventores puderam ter ao seu talante, ou toda a máquina oficial, que incluía auxiliares diretos, indiretos, intendentos, enfim, a base na burocracia oficial, a partir da qual se arrebanhava o resto dos quadros necessários para a composição e solidificação do partido.

Num outro plano, essa indissociabilidade derivava da figura pessoal de Barata que, mesmo sem a interventoria, podia usufruir da estrutura política que plantou no Estado, desde sua primeira passagem, nos idos de 1930, pelo Governo do Pará.

Pode-se dizer, assim, que todas as circunstâncias que envolveram Barata contribuíram positivamente para que ele, no dia 19 de maio de 1945, comandasse a solenidade de fundação

do Partido Social Democrático, seção do Pará, realizada no Teatro da Paz, ao qual dedicou todo o resto de sua vida, com descontinuo, habilidade e autoridade, jamais tendo deixado escapar o bastão de seu rígido comando.

Como registrou a nota publicada nos jornais anunciando a instalação do PSD, a solenidade representava muito mais uma delegação de competência do que uma iniciativa pessoal (e aqui, mais uma vez como sempre o fez, reafirmava a sua obediência ao comando político do qual fazia parte):

"Chefiando a maioria absoluta das forças políticas do Estado, prosseguindo no propósito de bem servir à superior orientação política traçada ao País pelo indito presidente Getúlio Vargas e seus auxiliares de administração, o coronel Barata, instaurando a convenção do PSD no Pará, abre um período novo em nossa vida política, estruturando a nova entidade partidária em moldes de rigorosa e elevada democracia, de forma que seja a mesma uma expressão legítima do pensamento do Estado, definindo, numa hora de tantas e tão pesadas responsabilidades, uma diretriz política serena, progressista e patriótica". (5).

Essa parte introdutória da nota oficial já revela o novo Barata, adaptado à realidade de seu tempo, aparentemente preocupado com a democracia e com o respeito à lei, que já não era mais "potoca" como dez anos antes ele pensava, dizia e fazia. Aqui, o antigo tenente já mostrava os primeiros traços do seu "amadurecimento político", ajustado a um modelo político que em muito diferiria do governo de arbítrio e ditatorial que ele imprimiu à sua primeira interventoria.

A nota oficial, subscrita por uma comissão central que organizou a convenção do PSD (6), extrapolava o teor de uma simples convocação para destacar que:

"o novo partido à frente do qual se colocam os elementos mais representativos da coletividade paraense, traz como lema fundamental de sua atuação política, o propósito de assegurar ao Brasil as condições de ordem e bem estar de que necessita para a sua prosperidade e grandeza. A obra iniciada por Vargas, a cujos méritos seus próprios inimigos renderão, num dia bem próximo, o merecido tributo de respeito, gratidão e justiça, não pode ser desfeito, pela agitação estéril inspirada no egoísmo e alheia à consideração suprema do bem geral. Acima das ri

validades políticas, além das querelas partidárias, deve estar e está efetivamente o destino do país, a garantia de sua posição internacional, o penhor de sua prosperidade futura, a certeza da sua felicidade. A democracia, não compreendida assim, é vazia pregação demagógica que nada edifica e leva, apenas, aos espíritos menos lúcidos uma perigosa descrença nos futuros nacionais".

A importância dessa primeira nota oficial, que marca o passo inicial da formação do PSD no Pará, deve ser medida em vários dos seus parágrafos, já que o texto procurou envolver todos os segmentos de apoio ao novo partido, que nasceu comprometido com a candidatura do general Dutra à Presidência da República. Observe-se que as atividades partidárias estavam paralisadas no País desde o golpe do Estado Novo e a apatia no Estado em questões políticas mais se acentuava por causa disso. Continua a nota: "... a convenção de amanhã representará uma grandiosa e confortadora prova de que o povo do Pará, à altura de suas responsabilidades políticas atuais, estará, como o povo de todo o Brasil, preocupado, antes de mais nada, em que o País continue a realizar, tranquilamente, a sua destinação histórica".

A partir desse ponto, a nota desce a detalhes que

marcarão a estruturação do PSD, afirmando que:

"o programa do partido, as diretrizes gerais da sua orientação política, a ratificação, pela convenção, do apoio dado pelo coronel Barata à candidatura do general Dutra e a definição do programa dos princípios a serem defendidos pelo partido, será todo objeto de minuciosa exposição a ser feita pelo Dr. Álvaro Adolfo, que abordará, também, a significação do novo partido no cenário político atual do Brasil".

Uma menção ao antigo Partido Liberal foi feita, destacando a nota que:

"os antigos correligionários do Partido Liberal do Pará levarão a sua solidariedade à nova agremiação partidária pela palavra fluente do Dr. Otávio Meira, a qual se seguirá a aclamação do partido".

Na verdade, pode-se inferir com certa precisão que o núcleo original do PSD derivou, substancialmente, dos quadros do extinto Partido Liberal, também formado por Magalhães Barata na década de 30. Os seus quadros de maior destaque con

tínham em atividade no Estado e foi fácil, para o interventor de 1943, voltar a reunir os antigos e leais companheiros, dos quais como já assinalamos, nunca havia se afastado, mesmo quando fôra forçado a se afastar do Pará por causa de sua vida militar.

Bastante envolvente, a nota não deixou sequer de insinuar a disposição de Barata de compor com todas as forças disponíveis do Estado, mesmo que representassem antiga oposição, pois confirmava que "falará ainda o sr. João Botelho, cuja palavra representará a solidariedade dos antigos adversários do coronel Barata, hoje integrado, sob sua chefia, na obra comum de elevação cívica e engrandecimento material do Estado".

Este ponto já demonstra a nova direção que Magalhães Barata resolveu adotar em sua postura política, inimãginável na sua primeira interventoria. Esse fato parece indicar que o antigo tenente percebeu a mudança que se operou no Brasil, para a qual havia necessidade de readaptação, sob pena de perder espaço e poder. Essa perspectiva de aliança com adversários foi várias vezes manifestada por Barata (por exemplo, no seu discurso que marcou o retorno à interventoria, em 1943) e teria sua confirmação muitos anos depois quando, no auge do seu poder político, convidou um dos seus maiores adversários para compor a chapa do partido ao Senado.

A nota dá ainda dois destaques, um para os municí

plos do Estado, afinal o grande sustentáculo da obra político-eleitoral de Barata, e outro para duas moções de solidariedade que seriam apresentadas, uma a Vargas, o criador, outra a Barata, a criatura. E encerrava dizendo que "a posição política do novo partido é, assim, antes de tudo, de preservação do interesse público, de garantia de novas instituições tradicionais, de respeito à ordem e de devotamento ao interesse nacional".

No caso particular dos municípios do interior do Pará, convém lembrar que o crescimento da popularidade de Barata, ainda em 1930 deveu-se à interiorização do governo que o interventor promoveu, conquistando a população rural com sua presença, o que nunca antes havia sido feito por qualquer governador. Dessa forma, pelo tempo afora Magalhães Barata assegurava suas vitórias eleitorais com os votos cativos desses e leitores agradecidos e fiéis.

3.2 - BARATA COMANDA A CONVENÇÃO

Foi na própria convenção de instalação do Partido Social Democrático em Belém que Magalhães Barata, em longo discurso, deu a tônica do que seria o seu comando à frente da a gremiação, ao mesmo tempo em que oferecia respostas para os que divergiam da natureza da missão que lhe fora confiada. Ele inicia o discurso pelo ponto que lhe é mais caro, ou seja, a fidelidade aos compromissos assumidos, que afirmava como apaná glio de toda a sua existência:

"No momento em que os acontecimentos po líticos posteriores ao Ato Adicional se encaminharam para a solução do mais gra ve problema da vida nacional nos dias que correm, o da sucessão presidencial, vi-me convocado pela força interior do meu patriotismo e pelas responsabilida des que me cabem, como depositário de vossa confiança, tomei posição definida desde a primeira hora pela candidatura do inelito soldado, que era indicada pe

las forças políticas dos dois grandes Estados de vanguarda, nas lutas cívicas que se tem travado em nosso País. Antes mesmo de vos consultar, meus amigos, assumi essa atitude, convencido que estava honrando o nosso passado e preservando o o nosso futuro pela segurança de que a grande obra de reconstrução nacional da revolução ia ser continuada, nas linhas mestras que o presidente Getúlio Vargas havia traçado. Confiei em vós, que nunca me faltastes com a vossa solidariedade e o vosso apoio. Antecipei uma decisão fundado nessa confiança recíproca, nessa união indiscutível que é a razão mesma da nossa força e da nossa unidade" (7).

Aqui já se pode observar o discurso vigoroso do chefe autoritário e autorizado a decidir por si, em nome de todos, uma prerrogativa da qual Barata nunca abriu mão. Era, agora, o político que falava para toda a sociedade, que ele conhecia bem:

"Sentí-me autorizado a falar pela grande maioria de suas forças políticas, que me têm apoiado na luta pela grandeza e prosperidade de nossa terra. O Pará que tra

balha e constrói pelas suas laboriosas classes produtivas, a sua indústria, o seu comércio, a sua lavoura, a sua pecuária, esses heróicos trabalhadores rurais que resistem a todos os fatores adversos do meio e alimentam a nossa produção, por todas essas populações das cidades e campos do nosso interior, para que sempre me voltei com o carinho que merecem, a fim de poderem melhorar as suas condições de vida, por todo esse operariado que mantém a atividade industrial de nossas fábricas e oficinas, a que nunca neguei os desvelos de minha assistência, por toda essa grande massa, enfim, que por tantos anos me tem trazido o conforto de sua solidariedade, sabia eu, estaria comigo na hora em que o convocasse para honrar o compromisso assumido em nome dos sagrados interesses de nossa Pátria e de nossa terra" (8).

Como se vê, Barata aplica tintas populistas num discurso que já antevia a necessidade de arregimentação eleitoral em futuro bem próximo.

Mas é no quinto item de seu discurso (dividido em

sete itens, muito embora essa divisão não correspondesse a assuntos diferentes) que Barata aborda explicitamente a questão partidária, objetivo maior da solenidade:

"...tivemos de corresponder às tendências as e reclamos das grandes correntes políticas nacionais que se agrupavam em torno da candidatura do general Dutra no sentido de constituir uma organização partidária de âmbito nacional, que fosse mais um fator da unidade do país e congregasse, em torno de princípios, idéias e objetivos comuns, todos os brasileiros que se quisessem orientar por um elevado programa político a ser defendido, a bem das grandes causas da Pátria. Aqui estamos, meus amigos, para deliberar sobre a fundação e instalação do PSD do Pará, que se filia ao Partido Social Democrático, em vía de ultimacão na capital da República, para cuja grande convenção inaugural e elaboração do programa com que se vai apresentar ao país, designei como nossos delegados autorizados, os nossos ilustres correligionários, drs. Iameira Bittencourt e José Ribas, com poderes para nessa memorável assembléia represen

tar o nosso partido na homologação da candidatura do general Dutra" (9).

Em seguida Barata faz uma declaração de intenções, quando se observa o antigo tenente "ditatorial" ajustar-se a uma nova estrutura de poder, obrigado a se submeter a uma organização partidária democrática e, ao mesmo tempo, submetendo-a ao seu comando:

"a constituição do PSD do Pará, neste momento de nossa vida pública, se realiza sob os auspícios do espírito de congraçamento, união e concórdia das figuras mais representativas do cenário político de nossa terra e da grande família paraense, que me tem honrado com a confiança de sua solidariedade, na realização do meu programa de governo, em que tudo tenho procurado fazer para a grandeza do nosso Estado e felicidade de nossa gente. O nosso partido que se inaugura nesta memorável convenção, vai realizar não só o programa do grande partido nacional a que nos filiamos, como ainda o programa de ação e de realização que interessa especialmente à nossa terra e que tem sido o sonho de minha vida de homem público" (10).

Magalhães Barata realçou ainda a importância do antigo Partido Liberal na origem do PSD e finalizou fazendo menção a adversários que estavam engajados no novo partido, destacando o concurso "que me trazem esses valiosos elementos políticos de todos os municípios e de todas as classes sociais de nosso Estado, que hoje se aglutinam tão espontaneamente com os meus velhos amigos liberais na organização partidária que marcará de vitórias todos os prêmios eleitorais a que for convocado" (11).

Foi, efetivamente, um chamamento geral ao engajamento na luta partidária e com esse discurso Magalhães Barata deu partida a 14 anos de liderança absoluta sobre um partido que, praticamente, representou a situação no Estado e desfrutou sempre de um vertiginoso crescimento, como se verá no capítulo seguinte.

A despeito desta forte tentativa de unificar a política paraense, Magalhães Barata encontrou, ainda desta vez, uma forte oposição ao seu nome para comando do PSD local, de tal sorte que uma dissidência oficial logo se manifestou, menos de dois meses depois de instalado o partido. É bem verdade que foi uma pálida reação ao esquema já montado por Barata, mas não deixou de produzir seus objetivos iniciais, ou seja, tentar fracionar o bloco situacionista já comodamente instalado no PSD.

Assim é que, no dia 14 de junho de 1945, foi instalada a Ala Paraense do Partido Social Democrático, formada pelos que divergiam do interventor mas sem deixar de apoiar a candidatura do general Dutra. Como registrou a imprensa oposicionista da época, a Ala do PSD é uma nova coordenação do grande partido nacional, que a boa prática da democracia permite efetuar, indo ao encontro das mais altas e legítimas aspirações paraenses, voltadas para recomposição da vida normal do povo e da tranquilidade dos espíritos.

Essa dissidência, todavia, não prosperou a ponto de cindir inexoravelmente o novo partido, antes serviu para que Magalhães Barata pudesse demonstrar a sua força política ascendente na nova fase de sua carreira e nos novos tempos que invadiam o País, no caminho da redemocratização.

A criação do PSD foi, de fato, uma expressão derivada de Magalhães Barata, que tomou a tarefa a pulso e dela não perdeu o controle um instante sequer. O interventor de 1943 não era o mesmo de 1930 e, mesmo tendo utilizado a base do Partido Liberal para a formação do novo partido, já estava bastante experimentado para impedir que pudesse se repetir o incidente da "traição" de 1935.

3.3 - COMPOSIÇÃO SOCIAL DO PARTIDO

A formação original do Partido Social Democrático do Pará obedeceu a orientação federal no que diz respeito a composição inicial dos seus quadros dirigentes, no que concerne, principalmente, a utilização da máquina oficial montada pela ditadura Estadonovista. Como é bem sabido e foi sobejamente demonstrado por Oliveira (12), participaram da formação do PSD nacional, além dos interventores, "os secretários e os responsáveis mais diretos pela administração do Estado Novo. O comerciante, o advogado, o proprietário rural, as figuras de algum destaque no município e no Estado foram chamados a compor as fileiras da organização partidária mandada fundar pelo governo federal". Quer dizer isso que em todo o País, a estrutura organizacional do PSD seguiu mais ou menos a mesma esquematização que lhe deu origem e, no caso paraense, a forte personalidade de Magalhães Barata assegurou a caracterização original do partido e sua perfeita vinculação aos preceitos formais da agremiação. Num certo sentido, essa perfeita consonância do PSD paraense ao nacional, ou ainda de Magalhães Barata ao esquema vindo da capital do País torna mais explícita a questão partidária no Brasil, ao demonstrar a forma vertical que, via de

negra, tem orientado a formação de todos os partidos políticos brasileiros, sobretudo os da época objeto deste estudo.

É difícil determinar com exatidão a composição social original dos pessedistas, pois o que se via era uma mistura heterogênea de classes, ou frações de classes, numa população que, de uma forma ou de outra, acabou sendo influenciada poderosamente pela figura de Magalhães Barata que, ao fundar o partido, pôde aglutinar a maioria de seus seguidores. O certo é que, em torno dessa influência baratista, o PSD do Pará granjeou excepcional simpatia e adesão entre as classes mais despossuídas, tanto na capital quanto no interior do Estado.

Não chega a ser estranha a opinião de que o PSD paraense teria até mesmo canalizado apoio entre os comunistas, que chegaram a vislumbrar, em seu programa, algumas de suas bandeiras de lutas. E com efeito, nas eleições de 1947, o Partido Comunista tornou público o seu apoio ao candidato pessedista ao Governo do Estado, o que provocou fortes reações da Igreja Católica no Estado.

Segundo o general Moura Carvalho, que foi um dos principais lugares-tenentes de Barata e também fundador do partido, "o PSD era um partido de classe pobre, os pobres é que eram fanáticos pelo Barata, os desamparados, os que sofriam..." (13). Outro fundador do partido e recentemente senador paraense entendia que o PSD era classe média e classe pobre, muito afei-

nadas com Magalhães Barata (14). O atual desembargador Aurélio do Carmo, ex-governador do Estado eleito pelo PSD e que foi íntimo colaborador de Barata, avalia que o partido "se ressentia das elites do Pará. Ele foi sempre um partido de massa, dos pobres, dos desamparados..." (15). Fica claro que quando esses personagens fazem referência ao PSD como um partido de massa não estão pensando na concepção histórica clássica, derivada dos movimentos socialistas no final do século XIX e que se ligam à educação política das massas, mas apenas dão destaque à imensa maioria da população pobre que se sentiu atraída por algum tipo de apelo oferecido pelo novo partido.

O ex-governador do Estado, Hélio Gueiros, também um dos mais íntimos colaboradores de Magalhães Barata, acha que no Pará "o PSD podia ter uma identificação que talvez não fosse a mesma do nordeste, do sul". Segundo ele, aqui o partído estaria identificado quase única e exclusivamente com "as classes populares, as classes de menor renda, as classes pobres, os despossuídos" (16).

Como se vê, as opiniões são relativamente convergentes quanto à origem social do partido, muito embora se deva levar em conta algumas peculiaridades inseridas na conjuntura histórica do Estado, que, na década de 40, carecia de urbanização, concentrando-se suas atividades econômicas no interior, baseadas no extrativismo e na agricultura de subsistência. O longo tempo que o Estado atravessou nessas condições consoli

dou uma população virtualmente ligada ao meio rural e que cus tou muito a reduzir essa dependência extrativa na direção do comércio e da indústria. Era uma população pobre, que vivia em relativo isolamento (o interior ainda demoraria muito a ser in tegrado, a despeito da ferrovia construída no início do século ligando Belém a Bragança, na zona bragantina do Estado), o que facilitou, grandemente, a penetração de Magalhães Barata numa primeira fase (criando o mito que, afinal, o imortalizou poli ticamente) e, em seguida, o apoio generalizado ao partido novo que chegava ao Estado pelas mãos de seu líder.

É neste ponto que se deve começar a localizar a ba se social do partido, uma vez que não havia grandes divisões no Estado capazes de dificultar a ação oficial do governo, como de fato aconteceu.

Depois de sua fundação oficial - que ocorreu no dia 19 de maio de 1945 - o Partido Social Democrático iniciou o seu trabalho de estruturação, organizando as diversas instan cias da agremiação, trabalho concluído em 1946. Nessa ocasião, dentre os mais de 600 nomes representativos de todo o Estado e que compunham o diretório do partido, 328 se inscreviam como comerciantes, 78 eram advogados, 41 estudantes universitários, 51 dentistas, 37 agricultores, 33 operários, 11 pescadores, 9 lavradores, 8 militares, sendo estas as categorias econômicas em maior número. Como é fácil de aferir, havia uma diversidade muito grande entre aqueles que aderiram à proclamação de Barata

para a formação de PSD, muito embora o destaque principal fosse para a classe dos comerciantes, pela simples razão de que era a atividade mais representativa no Estado, uma vez que a indústria era ainda incipiente. Os advogados, que aparecem em segundo lugar, representam os profissionais liberais que, de uma forma ou de outra ligados ao governo (muitos ainda remanescentes da primeira interventoria de Barata) foram seduzidos pela nova situação, traduzida pela expectativa de participação na política redemocratizante. É evidente que houve muitos advogados que, no Pará fizeram oposição feroz a Barata e ao PSD, mas boa parte dos quadros do partido oficial teve uma forte base cooptada nos meios jurídicos e forenses. Inclusive, convém notar que, ao longo de toda a sua trajetória política, os principais quadros dirigentes do PSD eram advogados, como se pode lembrar os nomes de Octávio Meira (que integrou o antigo Partido Liberal da década de 1930, ex-interventor do Estado), Lameira Bittencourt (deputado federal e senador do partido, homem de confiança de Barata), Alvaro Adolfo (fundador e senador do partido), Lobão da Silveira (deputado estadual e senador), Pedro Moura Palha, Antonio Teixeira Gueiros (deputado federal), João Menezes (deputado estadual e federal), Silvio Meira (deputado estadual), Newton Miranda (vice-governador e deputado). Aurélio do Carmo (Governador do Estado), Hêlio Gueiros (deputado estadual, federal, senador e governador), Reis Ferreira (deputado estadual), Armando Correia (deputado estadual e federal). Esses advogados tinham força no partido pela sua aproximação com Magalhães Barata, por um lado, e pelo grande trabalho que desempenhavam na organização do partido, resol-

vendo questões legais e superando eventuais entraves burocráticos, além da forte vinculação com outros setores da sociedade, facilitando a aproximação ao partido.

Nessa primeira composição oficial, o diretório estadual do partido estava representado, além das categorias econômicas já citadas, por agrônomo, banqueiro, comandante de barco, militares (coronéis e capitães), engenheiro, eletricitista, funcionário público, ferroviário, farmacêutico, jornalista, lavrador, médico, professor, pastor evangélico, seringalista, suplente de juiz, tabelião e tipógrafo.

Com essa composição inicial, vê-se facilmente que o PSD procurou apoiar-se em todos os segmentos da sociedade, para assegurar um apoio total que viesse a lhe garantir, no futuro, bons resultados eleitorais. A ausência de representantes da indústria, nessa primeira relação, provavelmente não indica uma rejeição da categoria ao programa do partido ou à liderança de Magalhães Barata, mas tão somente a incipiência da atividade naquele período de tempo, pois foi apenas na década seguinte que ela começou a tomar impulso significativo. Como disse Mourão : "a indústria paraense, à época emergente, pouco capitalizada, operando a custos altos, sofreu certos reveses. Algumas delas, a primeira investida da concorrência extra local, fechou como o ramo de calçados, outras como a manufatura do fumo foram incorporadas à multinacional chegada. Ao iniciar a segunda metade do século XX, parte das fábricas paraenses

desapareceram parcial ou totalmente. Alguns ramos s^o reiniciaram suas atividades sob novas condições históricas na década de sessenta" (17).

Assim, se de um lado a composição social da liderança do PSD distinguia-se com certa clareza, por causa da metodologia do recrutamento adotado na formação do partido (recrutamento dos quadros junto ao aparelho oficial, envolvendo secretários de Estado, ex-governadores, etc), por outro, a base de sustentação do partido disseminava-se num longo espectro, onde havia lugar para todos os que, por simpatia, temor ou simples adesismo, aceitaram a convocação de Barata para engrossarem as fileiras oficiais do mais que oficial Partido Social Democrático.

Isto quer dizer que, para a organização formal do partido, Barata não desprezou o concurso do que melhor pudesse conseguir no que diz respeito à qualificação dos quadros: Todavia, para a consolidação do seu projeto partidário, o ex-interventor lançou mão do seu estilo populista, aí sim apelando aos seus "caboclos", a toda gama de despossuídos que ainda estava fortemente ligada ao impacto produzido pela ação administrativa de Barata. Neste ponto, certamente as personagens precedentemente citadas têm razão, ao identificar nessa categoria difusa (dos despossuídos) a forte base de apoio conseguida pelo partido.

Observe-se o fato de que, em sua primeira eleição, os candidatos do PSD à Assembléia Legislativa foram escolhidos entre onze advogados, seis comerciantes, quatro médicos, dois jornalistas, dois funcionários públicos, um dentista, um oficial do exército, um professor, um fazendeiro e um industrial.

Com a diferença, em relação a outras listas, de que nesta aparece pela primeira vez um industrial, esta listagem de candidatos permite perceber que o Partido Social Democrático buscava apoio em diferentes segmentos das classes altas, com predominância dos profissionais liberais.

A dificuldade para caracterizar com precisão as estruturas das classes sociais envolvidas na formação partidária tem-se dado em toda a historiografia brasileira e em todos os níveis, como já muito bem ressaltou Sérgio Miceli:

"não se fez muita coisa, enfim, com vistas a esclarecer as relações entre interesses econômicos, redes de sociabilidade e organizações partidárias que, em parte por força de compromissos com setores distintos de elite, adotaram estratégias alternativas no tocante às alianças de classe necessárias à consolidação de suas posições de mando e, em especial, no que diz respeito às pautas de repre

sentação política dos grupos sociais subalternos" (18).

Ao traçar o "perfil das bancadas pessedista e udenista na Constituinte de 1946" Miceli identifica muitos pontos em comum na origem dos dois partidos e procura estabelecer, também, as diferenças encontradas. No caso do PSD, especificamente, ele afirma que "alguns dos ex-interventores que passaram a integrar a cúpula dirigente do PSD juntavam às suas raízes locais o trunfo de poderem contar com ligações de parentes co nos círculos palacianos do regime" (19). Embora o autor cite alguns exemplos para corroborar sua afirmativa, não foi o caso de Magalhães Barata, no Pará, que não se enquadrava no segundo aspecto mas que absorveu, clara e rigidamente, os compromissos oriundos do tenentismo, da revolução de 1930, do Estado-Novo e, em última análise, do getulismo.

Em relação aos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão, Miceli diz, por exemplo, que "a bancada pessedista comportava prepostos do poder central que haviam assumido uma gama variada de encargos, inclusive aqueles interventores que se saíram relativamente bem no trabalho de conciliar as facções dirigentes locais, seus ajudantes-de-ordens militares ou civis que heviam se incumbido de missões políticas espinhosas" (20).

Miceli entende que o "grosso do pessoal pessedista se constituía de bacharéis ligados a ramos subalternos de clãs

oligárquicos, sem condições de exibir um currículo capaz de a testar a excelência e a antiguidade da presença familiar nas reservas de mercado que abrigam a elite das profissões liberais" (21). No plano nacional, a composição social do PSD foi assim explicada por um de seus fundadores, Amaral Peixoto : "O PSD representava a burguesia, o pequeno proprietário rural. Os grandes proprietários não se aventuravam na política ou, até ao contrário, entravam para a UDN e combatiam tanto o PSD como o PTB. No PSD estava o funcionalismo, muitos professores, médicos, não havia uma classe isolada. Havia muitos comerciantes, também, mas poucos industriais" (22).

Na conclusão de seu trabalho, Miceli observa que "o legado das interventorias e das demais 'correias de transmissão' do poder central nos Estados, a montagem de anéis burocráticos sob a tutela de 'mandachuvas' ligados aos círculos palacios e a manipulação dos instrumentos políticos usuais (verbas, cargos e prebendas de todo tipo) constituíram as bases de integração do setor majoritário entre os políticos profissionais que conseguiram fazer deslanchar sua carreira ao longo do primeiro governo Vargas" (23).

É uma observação que corresponde plenamente ao caso do Pará, pois certamente, se não fossem essas condições, dificilmente se poderia imaginar uma articulação partidária que viria a ter tantos êxitos e por longo tempo. Mas, de todo modo, a arregimentação pessedista no Estado teria que valer-se

das peculiaridades da época, como foi feito.

Já no início da década de 50, o partido publicou a nova composição de sua seção paraense, na qual se incluíam dezenove comerciantes, dezoito prefeitos municipais, quinze advogados, sete médicos, cinco industriais, três fazendeiros e vários representantes de muitas atividades, que iam da engenharia civil até o funcionalismo público, passando por sacerdotes, dentistas, jornalistas, etc.

Pode-se observar que os advogados e os comerciantes continuavam predominando mas a indústria aumentara sua participação no partido. Os prefeitos municipais (dos quais não temos informação sobre a ocupação ou profissão), como se vê, constituíam um ponto de apoio importante do baratismo, que veio a favorecer muito, pelos anos afora, o crescimento do pesadismo no Estado.

Este era um quadro que, formalmente, localizava o PSD em todos os estratos sociais dominantes no Estado, numa representação que encontrava pontes de ligação com a população pobre, por força do carisma e da atuação populista de Barata.

A distribuição demográfica do Estado explicaria, em parte, essa base de sustentação do partido, uma vez que, sendo a população marcadamente interiorana, foi precisamente no meio rural que Magalhães Barata capitalizou o seu grande ma

nancial de apoio, que afinal viria a compensar a oposição que se localizou, sobretudo, na capital do Estado.

Não se trata, evidentemente, de algum fato raro, de difícil constatação. Ao contrário, a história política registra vários exemplos dessa disputa campo-cidade, mas aqui ficou demarcada, com nitidez, a penetração do projeto de Magalhães Barata que, literalmente, foi dirigido para o "caboclo" do interior, principalmente na primeira fase em que o partido precisava ganhar identidade e, mais do que isso, votos.

É possível até que não houvesse, por parte de Magalhães Barata, um projeto preconcebido no sentido de consolidar o seu partido político. Mas certamente esse direcionamento consubstanciou uma estratégia de luta que obteve o sucesso necessário para prosseguir no mesmo rumo.

É provavelmente por essa estratégia de luta que as classes baixas não se localizam, à primeira vista, na composição social do partido. Elas não passavam, de certa forma, de massa de manobra para os dirigentes implementarem os seus planos. Então, que tipo de partido seria o PSD do Pará ao tempo de sua fundação?

É difícil, sobretudo para um caso regionalizado como o que está em estudo, fazer um enquadramento do PSD dentro das tipologias clássicas de quadro e massas. Essa questão, ali

ãs, foi abordada por Lúcia Hippólito, a propósito da classifi
cação de Duverger segundo a qual o PSD não seria um partido de
 massas por não reunir, efetivamente, as características bási
cas, como sejam "um apelo ao público pagante (que através de
 subvenções permite à campanha eleitoral escapar à "servidão
 capitalista) e ouvinte (que recebe educação política e apren
de a intervir na vida do Estado). E realmente o PSD do Pará ja
mais poderia se enquadrar nessa tipologia, por inúmeras razões,
 as principais de ordem cultural e econômica.

De outro lado, a autora encontra certa aproximação
 do PSD com um partido de quadros, feitas as ressalvas necessã
rias:

"embora atuasse num regime de sufrágio u
niversal e secreto, o PSD jamais dispôs
 de qualquer sistema de filiação em mas
sa; ademais o partido era mantido por
 subvenções de seus parlamentares. Nas e
leições, eram promovidas campanhas entre
 empresários simpatizantes, com o objeti
vo de angariar fundos. Portanto, deste
 ponto de vista - e apenas deste - o PSD
 pode ser considerado um partido de qua
dros" (24).

No Pará, as coisas não eram diferentes, muito embo

na esses "quadros" como já se viu formassem uma composição muito heterogênea e sobretudo o partido extraísse do próprio poder público a energia material e política de que precisasse para se consolidar.

Nas eleições de 1958, o PSD apresentou dez candidatos à Câmara Federal, dos quais seis eram advogados, um engenheiro-civil, um médico, um fazendeiro e um universitário, relação que mostra bem a origem social dos seus quadros dirigentes, pertencentes todos eles a diferentes fações da classe alta local. Estes dirigentes tinham a competência", (ou seria correto dizer, a "delegação de competência", dada por Barata) necessária para fazer a ponte de contato entre o eleitorado (os despossuídos) e os interesses do governo, o que geralmente aconteceu.

3.4 - PERFORMANCE ELEITORAL

Nos meses imediatamente seguintes à sua instalação no Pará, o PSD preparou-se para sua primeira eleição, quando estariam em disputa, além da Presidência da República, duas cadeiras senatoriais e nove de deputados federais. O partido ganhou por larga margem, já evidenciando o eficiente trabalho implementado por Barata e que iria se expressar num crescente e positivo desempenho eleitoral.

Nessa primeira vitória, o candidato a presidente, Eurico Dutra obteve, no Pará, 61.591 votos contra 43.640 de Eduardo Gomes e o PSD conquistou as duas vagas do Senado, sendo um dos eleitos o próprio Magalhães Barata, com 61.906 votos e o outro Álvaro Adolfo, com 60.733 votos. Os candidatos derrotados para o Senado foram, respectivamente, Agostinho Monteiro, com 39.432 votos e José Malcher, com 38.772 votos. (Relembre-se que Malcher fora eleito indiretamente governador do Estado em 1935. Após o tumultuado episódio da "traição" a Barata, tornou-se interventor com o golpe de Estado de 1937. Em 1943, foi substituído por Magalhães Barata. Agora enfrentava o antigo aliado nas urnas e era derrotado).

Observe-se nestes números de votos, a vinculação partidária entre os candidatos e os cargos majoritários, uma vez que não houve muita discrepância entre os totais de votos atribuídos aos vencedores (todos com pouco mais de 60 mil votos) e mesmo entre a votação atribuída aos derrotados pela principal oposição a Barata, que era a UDN (ambos os candidatos tiveram pouco menos de 40 mil votos). Praticamente os candidatos foram votados, levando-se em consideração o apelo da sigla partidária, tanto do lado da situação, quanto do lado oposto, o que já permitia entrever os choques futuros, sempre tendo em conta a divisão entre os favoráveis ao baratismo e aqueles que eram contra.

Para a Câmara Federal, o partido ganhou seis das nove vagas em disputa, obtendo um total de 60.479 votos, perfazendo quase o mesmo total conseguido nas eleições majoritárias, o que mais uma vez viria a confirmar a ligação dos eleitores ao partido recém-instalado. Assim, o PSD já garantia, em sua primeira disputa eleitoral, um apoio compacto à sua legenda, que acompanharia toda a sua trajetória política, por mais de vinte anos de atuação no Estado, sempre sob a liderança - ou a memória - da figura de Magalhães Barata.

Os deputados federais eleitos nessa data (2.12.1945) passaram a integrar a Assembleia Nacional Constituinte, que e laborou a nova constituição redemocratizante. (Os parlamentares eleitos pelo PSD foram os seguintes: Aníbal Duarte, Lameira

Bittencourt, Carlos Nogueira, Nelson Parijós, João Botelho e Moura Carvalho, todos, obviamente, ligadíssimos a Magalhães Barata).

Novas eleições seriam realizadas já no ano seguinte (19.1.1947) para escolha do governador do Estado, o terceiro senador (que teria mandato de apenas quatro anos) e trinta e oito deputados estaduais. O candidato natural a governador deveria ser Magalhães Barata contudo, por força de um veto oficial imposto aos ex-interventores, Barata ficou impedido de concorrer, motivo pelo qual tirou "do bolso do colete" o nome de seu fidelíssimo escudeiro, o então major Moura Carvalho (25), na época deputado federal constituinte.

A chapa de candidatos a deputado estadual, escolhida rigorosamente por Barata, mais uma vez evidenciava a composição social do partido: doze advogados, seis candidatos da área da saúde, seis comerciantes e, os demais, dividindo-se entre professores, jornalistas, funcionários públicos e fazendeiros.

Nessas eleições do início de 1947, a vitória do PSD foi novamente expressiva. Num total de aproximadamente 120 mil eleitores, o candidato do partido a governador obteve 68.302 votos, contra 46.427 votos do principal opositor, o general Zacarias de Assunção (apoiado por uma coligação composta pelo PCB, PSP, PTB, PRP e LEC) e 3.441 votos do candidato da

UDN, Prisco dos Santos.

A vaga de senador foi preenchida por Augusto Meira Dantas, outro velho companheiro de Barata, que recebeu 68.040 votos, suplantando o seu adversário da UDN, Paulo Maranhão, que teve 45.243 votos.

Para a Assembleia Legislativa do Estado, das 38 vagas em disputa, o PSD obteve mais da metade, elegendo 22 deputados, tendo a legenda partidária totalizado 63.296 votos. É fácil constatar o bom desempenho do partido, que em todas as disputas, manteve o mesmo patamar de votação, consagrando um apoio popular maciço, tanto no plano federal (Senado e Câmara) quanto no estadual (Governador do Estado e Assembleia Legislativa). No plano municipal, esse apoio seria confirmado um ano depois, por ocasião de eleições para escolha dos prefeitos dos municípios, realizadas em janeiro de 1948. Nessa ocasião, das 56 prefeituras em disputa, o PSD conquistou 54, totalizando, na legenda, 69.344 votos, mantendo, portanto, a média de votação verificada desde sua primeira participação eleitoral.

Na capital do Estado, cujo prefeito ainda era nomeado, o partido conseguiu eleger sete dos dez vereadores.

Todo esse resultado positivo obviamente assegurou ao partido uma posição tranquila e incontestável, tanto no Estado, quanto a nível nacional, que se traduzia em prestígio

junto ao Diretório Nacional e ao próprio governo federal. Dispondo dos três senadores, da maioria da bancada na Câmara Federal, da maioria na assembléia legislativa, do governo do Estado e de quase todas as prefeituras, o partido era, efetivamente, a situação no Pará, o que lhe aumentava as perspectivas futuras, a despeito da união das oposições, que já se desenhava com vistas a combater o pessedismo e o baratismo.

É indiscutível a vantagem com que contou o partido para alcançar, tão cedo, esses resultados expressivos, já que o PSD surgiu numa ocasião especial, em que a influência do poder público assegurou sua estruturação. Mas convém reafirmar que o partido e seu líder usaram com muita eficiência o aparato oficial que lhes estava disponível. E além do mais, não se deve esquecer que há cerca de uma década atrás o País não tinha nenhuma experiência com partidos políticos, praticamente desprezados a partir de 1935 e formalmente extintos com o golpe estadonovista.

3.5 - 1950: A INESPERADA DERROTA

As eleições seguintes, marcadas para 3 de outubro de 1950, seriam para escolha de Presidente da República, senador, deputados federais, deputados estaduais e vereadores. Magalhães Barata, que era senador, candidatou-se (era ainda a opção natural, dado o seu prestígio e o domínio que exercia no partido) ao governo do Estado. Concorria com um adversário que já era seu inimigo pessoal, o general Zacarias de Assunção que, em 1947, fora derrotado pelo candidato de Barata, Moura Carvalho, ao mesmo cargo.

Em disputa acirradíssima, Barata acabou perdendo as eleições e essa derrota abalou em muito as bases baratistas, a despeito do PSD ter saído vitorioso nas eleições proporcionais. Muitas explicações tentaram justificar o golpe sufrido nas urnas, começando pelo próprio Barata, que assim se expressou:

"Há sempre uma explicação para qualquer fracasso. Eu fui derrotado. E pronto. O principal fator da derrota foi a inter

ferência da 8ª Região Militar por seu general comandante em favor da coliga
ção, e portanto contra mim. Velada ou abertamente, tudo fez para me derrotar. E bem fácil é de se avaliar o que repre
senta nas províncias as simpatias dos chefes militares em favor de um parti
do ou de um candidato. Foi o que aconte
ceu no Pará no pleito de 3 de outubro de 1950. Outros fatores contribuíram para a derrota: a coliga
ção de todos os par
tidos - PSP, UDN, PTB, PST, PL, PRP e Comunistas influi
ram para o meu insuces
so" (26).

Barata deu destaque, em sua justificativa, para o peso da influência militar, utilizada em favor do seu adversá
rio e que ele conhecia muito bem, pois ninguém desconhecia a origem profissional e política daquele que, com mão-de-ferro, conduzia a administração do Estado. E colocou, como variável
se cundária, a união das oposições, quando praticamente todos os partidos se uniram para lhe dar combate. Mas este fator era previsível e uma decorrência natural dos embates que vinham se travando, sob o comando de Barata e que davam vitórias atrás
de vitórias ao PSD.

A eleição de 1950 efetivou-se de forma muito con

turbada, tendo sido decidida em votação suplementar, após muitas querelas judiciais, decorrentes de acusações de fraudes que se sucediam de lado a lado. Os fatos foram os seguintes: tendo em conta a força já demonstrada pelo PSD, a oposição conseguiu uma expressiva aglutinação consubstanciada na formação da Coligação Democrática Paraense (analisada com mais detalhes no capítulo 4.2), destinada a neutralizar o avanço situacionista. Para isso, cerrou fileiras em torno do general Zacarias de Assunção que, após ter comandado a Região Militar, decidira ingressar na política partidária, tendo sido já uma vez candidato, derrotado, ao Governo do Estado. Além de ser um militar de alta patente, capaz de arregimentar certos apoios necessários para enfrentar a máquina oficial, Assunção era inimigo pessoal de Barata e, portanto, um nome capaz de unir os adversários do ex-tenente numa causa comum: derrotar o baratismo. O Governador de então, Moura Carvalho, deixara o governo, desincompatibilizando-se para concorrer ao Senado, fato que, de certa forma, contribuiu para enfraquecer o comando da máquina do governo em favor dos candidatos do PSD.

Moura Carvalho também acabou derrotado para o Senado, episódio para o qual encontrou a seguinte explicação:

"Foi um desses fenômenos que acontecem. Nós tínhamos certeza da vitória e a coisa é de tal natureza que eu vou citar um fato curioso, que talvez pouca gente

saiba. Eu sô não fui eleito porque tive 12 mil votos em branco. E isso ocorreu da seguinte maneira: um dia eu fui chamado pelo Álvaro Adolfo e ele me disse: Olha, Moura, a situação nossa é essa, nós estamos vitoriosos e em qualquer circunstância você não deve ter maior número de votos que o Barata, que é o chefe; então nós vamos capar 10 mil votos e como nós vamos ganhar por 50 mil votos de diferença, não há problema.

De fato, me caparam 10 mil votos, pois não mandaram chapas minhas para vários municípios" (27).

Esse fato foi possível de ocorrer porque a Justiça Eleitoral ainda não havia implantado a cédula única, oficial, e assim cada candidato mandava imprimir a sua própria cédula, que era distribuída aos eleitores que a conduziam, no dia da eleição, para a cabine de votação.

Por outro lado, essa explicação oferecida por Moura Carvalho tem relação com o controle exercido por Barata sobre o partido, o candidato e, afinal, até sobre o seu eleitorado, na medida em que o Estado era dividido e "distribuído" para os seus candidatos. É a versão atual de certos "protocolos políticos", afirmados entre o Governador do Estado e os deputados de seu par

tido, para efeito de assistência aos municípios e garantia de redutos eleitorais.

Magalhães Barata era muito rígido a esse respeito, de tal sorte que a escolha dos candidatos já levava em conta essa perspectiva de distribuição de votos pelo Estado. O exemplo mais famoso é o do escritor Osvaldo Orico, paraense de nascimento mas vivendo há muito tempo fora do Estado e que, nas eleições de 1950 foi eleito pelo PSD para a Câmara Federal sem ter participado, sequer, da campanha eleitoral. A simples indicação feita por Magalhães Barata, seguida da orientação para que fosse votado em alguns municípios foi suficiente para elegê-lo.

Para as eleições de 1950, Magalhães Barata confiava na estrutura que montara, sobretudo no apoio vindo do interior que, fora de dúvida, garantiria sempre o resultado final das eleições em favor do PSD. A capital, reduto tradicional de oposição ao governo do Estado, definiria, em última instância, os rumos da apuração, como concluiu, na ocasião, o deputado Virgínio Santa Rosa, da oposição:

"Quem examinar os resultados dos pleitos eleitorais de 1947 e 1948 e acompanhar de perto o movimento político paraense, facilmente verifica que o peso das urnas da capital são por si poderã decidir

do triunfo ou da derrota do baratismo.

O volume do eleitorado do principal município do Pará é de tal ordem que para onde ele se inclinar, para esse lado sorrirá a vitória" (28).

É claro que a tradição da capital votar contra a situação seria mantida. Entretanto, no caso do baratismo, essa afirmação não expressaria totalmente a verdade, uma vez que a periferia, os subúrbios de Belém tinham Magalhães Barata e o PSD em grande conta e, não raro, atenuavam o furor oposicionista da capital.

Em 1950, os resultados finais para o governo do Estado foram os seguintes: de um total de 194.801 eleitores, Zacarias de Assunção obteve 94.794; Magalhães Barata 94.212 (diferença de 582 votos; em branco 3.280 votos e nulos 2.452 votos).

Para o Senado, Prisco dos Santos, da oposição, obteve 89.833 votos, contra 89.070 dados ao candidato do PSD, Moura Carvalho. Os demais resultados favoreceram o PSD: das nove cadeiras em disputa para a Câmara Federal, o partido conquistou cinco (90.668 votos para a legenda) e, para a Assembleia Legislativa, o partido elegeu 18 deputados, num total de 37 (a legenda alcançou 87.743 votos). Nas eleições municipais para a escolha de 57 prefeitos, o PSD venceu em 43 municípios.

Mesmo tendo diminuído suas bancadas (federal e estadual) e diminuído o número de prefeitos, o PSD mantinha-se majoritário no Estado, a despeito das derrotas apertadas para o Senado e governo do Estado, minimizadas por muitos dirigentes do partido como "um acidente de percurso".

Diante das acusações de fraudes, que marcaram muito as eleições de 1950, as opiniões sempre se dividiram, mesmo dentro do próprio PSD, como se pode inferir das afirmativas feitas por dois ferrenhos baratistas e possedistas. Para Moura Carvalho:

"Não, não houve fraude. Foi pau a pau. Um desses fenômenos que ocorrem na política". (29).

Mas para Aurélio do Carmo, que dez anos depois se ria eleito governador do Estado:

"Houve um fato, aliás, diga-se de passagem, o general Daltro da Silveira posteriormente veio dizer como se operavam as apurações no Tribunal. Houve urnas trocadas e por esse processo o general Barata perdeu. Foi modificada a vontade do povo". (30).

O resultado final foi, no cabo, arrostado pelo partido, pois, a despeito do golpe sofrido, o PSD continuava uma força e seu líder maior, Magalhães Barata, ainda dispunha de sua cadeira senatorial, não se considerando derrotado, como a firmou aos jornais:

"... não bastou, entretanto, para evitar que eu, em 57 prefeituras, elegesse 43 prefeitos, em nove deputados federais fizesse cinco, contra dois da UDN e dois do PSP e para a Assemblêia Legislativa elegesse 18 deputados contra nove da UDN, sete do PSP e três getulistas, sendo um comunista confesso. Como se vê, em 3 de outubro mostrei ser, de fato, chefe de um grande partido - e que não foi destruído como almejava a Coligação" (31).

Na entrevista em que Magalhães Barata explicou sua derrota, foi mencionado que a Igreja, em 1947, colocou-se expressamente contra a candidatura pessedista de Moura Carvalho por causa do apoio comunista que teria recebido enquanto, em 1950, não repetiu a mesma posição contra a coligação, já que esta recebeu aquele apoio.

Efetivamente, por ocasião da campanha eleitoral

de 1947, o arcebispo de Belém, D. Mário de Miranda Vilas Boas, numa pregação anticomunista, solicitou que os candidatos fizessem uma declaração expressa nesse sentido, para então poderem obter o apoio religioso. Barata recusou publicamente, afirmando que pessoalmente assumiria a responsabilidade que fosse necessária pelos candidatos do PSD. O arcebispo, então, publicou nos jornais, a seguinte nota:

"A Liga Eleitoral Católica não tem função política. Tendo cumprido sua missão nos pleitos de 1934, cumpriu-a em parte nos de 1945, restando as eleições estaduais e municipais que se realizarão dentro em breve tempo. O arcebispo de Belém do Pará, seu venerando clero e o departamento da Liga Eleitoral Católica não tem preferência de pessoas, senão que, exclusivamente, preferência de princípios.

E convém reafirmar que o totalitarismo soviético, profundamente antidemocrático, anticristão e antibrasileiro, representado entre nós pelo Partido Comunista, está irrevogavelmente fora de toda atenção por parte do eleitorado católico". (32).

Esta nota oficial do arcebispo soou, na época, claramente, como uma advertência contra o eventual apoio que o PSD estaria recebendo dos comunistas, embora esse apoio não estivesse formalmente registrado, e tampouco teria sido decisivo para assegurar a vitória pessedista que, como se viu, foi por larga margem de votos.

Mas, a despeito dessa derrota para o Governo do Estado, Magalhães Barata marcou, definitivamente, sua presença no comando do PSD sobretudo no desenrolar da disputa presidencial daquele ano. Demonstrando ser um homem de partido, Barata manteve firme o apoio do PSD paraense a candidatura, "cristianizada", de Cristiano Machado, contrariando os fatos que, nacionalmente, já indicavam a preferência partidária por Vargas. Respeitando a formal decisão da Convenção Nacional do PSD, Barata assegurou, no Pará, a única vitória obtida por Cristiano Machado em sua campanha pelo País, o que lhe garantiu confiança e apoio da direção partidária, que lhe foram de muita valia no futuro.

3.6 - O PSD FORA DO GOVERNO

Consumada a vitória da Coligação Democrática. Paraense na disputa pelo governo do Estado, restou ao Partido Social Democrático, no Pará, assumir sua nova postura de oposição (obviamente apenas no plano estadual), para o que ainda dispunha de forças suficientes, tendo em conta os bons resultados auferidos nos pleitos proporcionais e municipais e também porque ainda dispunha de dois senadores, um dos quais o seu próprio líder e presidente, Magalhães Barata. A respeito dessa nova fase, disse o deputado estadual Silvio Meira:

"... e o Pará, na qualidade de Estado que sempre influiu decisivamente nos destinos da Nação, arregimentou-se, criando, assim, as suas agremiações políticas. No âmbito nacional, surgiu o PSD. E as forças que obedecem à liderança de Magalhães Barata filiaram-se ao PSD, constituindo deste modo, um bloco partidário dos mais poderosos.

Hoje, o PSD, seção do Pará, representa as forças oposicionistas do Estado, onde atua com equilíbrio e sobretudo como porta-voz dos que não gozam dos bons vistos do oficialismo local, o que significa dizer: o PSD, entre nós, luta contra uma situação de indiferença e de crise em todos os setores" (33).

A bancada paraense na Câmara Federal compunha-se dos deputados Lameira Bittencourt, Armando Corrêa, Augusto Meira Dantas, Nelson Parijós e Osvaldo Orico, a maioria políticos experientes, com enorme capacidade de articulação e sobretudo fiéis, ao líder Magalhães Barata. Os deputados estaduais eleitos em 1950 pelo PSD foram os seguintes: Lindolfo Mesquita, Rui Parijós, Rosa Pereira, Ismael Araujo, João Menezes, Líbero Luxardo, João Camargo, Silvío Meira, Lobão da Silveira, Francisco Bordalo, Reis Ferreira, Américo Lima, Acindino Campos, Pereira Brasil, Rui Mendonça, Vitor Marques, Cunha Coimbra e Pedro Paes.

Retornando ao Senado, Magalhães Barata cuidou de administrar, com as armas de que dispunha, a derrota que sofreu para o Governo do Estado, a despeito de que muitos não o considerassem apto para os trabalhos legislativos. Com efeito, vale a pena analisar-se a presença de Magalhães Barata no Senado (onde ele passou cerca de nove anos) para se ter uma idéia

dos esforços do líder no sentido de não perder não só o comando do partido mas também os espaços políticos que, previsivelmente, a coligação tentaria ocupar.

Como não haveria de ser surpresa para ninguém que o conhecesse, a atuação de Magalhães Barata no Senado foi, de certo modo, discreta, por sua própria índole (mais afeito ao Executivo, ao comando, à administração) e pelo pouco peso politico que o Estado representava no cenário nacional.

Magalhães Barata não era um novato em política e tampouco um ilustre desconhecido quando estreou no Congresso, já beirando os 60 anos de idade, pois conduzia a experiência de duas interventorias e o respaldo, importante, de ter líderado a criação de dois partidos vitoriosos nas provas das urnas. Apesar disso, Barata caracterizou sua presença no Senado por uma preocupação regional, voltada para questões atinentes ao Parã, quer fossem problemas políticos gerais (questões de governo, por exemplo), quer se relacionassem a casos indivíduais (interesses de algum correligionário).

Nos seus primeiros anos de Senado, Magalhães Barata cuidou de defender o governador Moura Carvalho dos profundos ataques desfechados pela oposição, legislativa e jornalística.

Os registros disponíveis no Senado mostram as in

tervenções de Barata nesse sentido e conduzindo-se dentro da linha que sempre se reservou, ou seja, fidelidade partidária ao extremo, não apenas do ponto de vista formal ou legal mas segundo rígidas convicções morais.

Compulsando-se os anais do Senado, pode-se observar que no período em questão (1946/50) a atuação de Barata na tribuna teve em conta, fundamentalmente, referência ao Estado e defesa de atos do governador. Nas poucas exceções a essa linha, o senador Magalhães Barata se pronunciou favorável à pena de morte no Brasil, por um período determinado, como forma de diminuir a criminalidade nas ruas.

Depois da derrota que sofreu em 1950 na disputa para o governo do Estado, Barata manteve, em sua atuação no Senado o mesmo tom regionalista, mudando apenas a direção, pois passou a concentrar atenção no governo do seu adversário, Zacarias de Assunção, criticando-lhe a administração e as atitudes de comportamento político. E nesse sentido, mais uma vez, Barata não se descuidou do PSD: de sua tribuna senatorial comandou a reação do partido, injetando ânimo nos seus correligionários.

Durante todo o período do governo Assunção, Barata não lhe deu trêgua e não deixou de visitar regularmente o Estado a fim de manter permanente contato com suas bases partidárias.

Por seu turno, a atuação política do governador Assunção não se fazia de modo a massachar o PSD que, apesar da derrota de Magalhães Barata, ainda mantinha expressiva representatividade parlamentar e dominava a maioria das prefeituras municipais. Ao que se sabe, e com certa consensualidade, o novo governador, por inexperiência ou inadvertência, não tentou desmontar a máquina estruturada pelo PSD e por Barata. Zacarias de Assunção, na verdade, fez um governo relativamente pacíficador, sem perseguições ou vinganças de maiores vultos o que, se não lhe deu ensejo à formulação de um projeto político específico, contribuiu para lhe garantir uma consistente presença no futuro imediato, já que foi eleito senador em 1958 e chegou a ser novamente candidato a governador, em 1965, pelo próprio Partido Social Democrático, em oposição, desta vez, aos líderes do golpe militar de 1964.

Desde que fundou o PSD, Magalhães Barata foi seu presidente regional, já que ele, como o líder político inconteste de sua facção política, galvanizava o comando do partido por ser quem, em última instância, implementava as diretrizes que norteavam a sua atuação, quer seja no programa a ser seguído, na escolha de candidatos ou mesmo posição a ser assumida pelos eleitos.

Após a derrota de 1950, em que o partido perdeu a eleição para o governo do Estado e para o Senado, Magalhães Barata renunciou à presidência da Comissão Executiva do PSD,

através de carta ao seu substituto interino e publicação de um manifesto na imprensa. Na carta ele aponta dois motivos princi pais para a renúncia:

"Facilitar a reestruturação de nosso partido, com a entrega de sua direção e fe tiva a companheiros dignos e capazes, mais habilitados a orientar e guiar se us destinos e propiciar aos que, bem re conheço, mais me combatem, à minha pes soa que à nossa nobre causa; uma oportu nidade de amainarem ódios e ressentimen tos, poupando, assim, correligionários humildes uns, dignos todos, que tanto vêm padecendo, na situação atual de nos so Estado" (34).

Essa foi uma retirada estratégica de Barata em fun ção da campanha política na qual ele fora derrotado e que se caracterizara por extrema virulência e cujas sequelas, no ano seguinte, ainda eram visíveis e fortes. Ele preferiu afastar, como explicou no seu manifesto:

"Acredito que me afastando espontanea mente da chefia de nosso partido, que desde 1945 tive a ventura de exercer, honrado, sempre, com a vossa generosa

estima e inquebrantável solidariedade, eu venha: dessa forma, permitir um melhor reajustamento de seus quadros e propiciar uma orientação política que possa assegurar uma situação mais tranquila e vantajosa para o bravo eleitor do pessedista, mormente o anônimo e humilde, o grande mártir dos ódios e ressentimentos adversários" (35).

Magalhães Barata queria, com sua atitude, desarmar os espíritos e neutralizar os ataques dos adversários que visavam muito mais a ele do que ao partido. É muito difícil dizer se essa retirada de Barata influenciou a questão pretendida, mas é certo que - como já foi mencionado - a oposição no Governo do Estado não agiu de modo a liquidar com o "baratismo" ou mesmo com o PSD, como constatou, por várias vezes, o jornalista Paulo Maranhão.

Mas é possível supor que, com sua derrota indivídual, Magalhães Barata tenha sido criticado e contestado até dentro de seu próprio partido, daí seu temporário recuo. Mesmo sem fortes ataques por parte do novo governo estadual, o PSD debatia-se em crise interna, a despeito da maioria que detinha. E Barata, tendo renunciado à presidência da Comissão Executiva, permanecia no Rio de Janeiro, de onde se comunicava muito por carta com seus correligionários, um hábito antigo que

mantinha desde que deixou a primeira interventoria, na década de 30.

Nas eleições para prefeito de Belém, Magalhães Barata mais uma vez tentou fazer valer sua decisão pessoal na escolha do candidato do partido mas se deu mal, porque isso cindiu o PSD, que acabou derrotado. O presidente do partido na época, Otávio Meira, em relato pessoal, explicou a crise:

"Não é preciso entrar em indagações profundas para a constatação de que o poder pessoal, unipessoal, absolutista e absorvente, restaurado em 1953, foi o único responsável por essa derrota, que trouxe o desalento a todas as camadas pessedistas, mesmo aquelas que tomaram parte ativa no pleito, sem que o fizessem com o entusiasmo e acerto dos rumos traçados". [36].

Essa é uma alusão ao estilo de Barata de fazer política, sempre mantendo a última palavra e tomando decisões personalizadas, como a que ocorreu nas eleições da capital. Essa derrota, todavia, não deve ser atribuída somente a crise interna que atingiu o partido, pois na capital o "baratismo" sempre perdia. A repetição desse fato fez Magalhães Barata comentar com um amigo a sua disposição de "um dia disputar a prefeitura".

tura de Belém, para acabar com essa cisma..."

Em função dessas dissensões internas, provocadas sobretudo pela escolha do candidato do partido à Prefeitura de Belém, Magalhães Barata retornou à direção do PSD, mas ressal
vou que:

"... voltava à direção do partido em condições não desejadas. As divergências que se verificaram foram dentro do Par
tido e eu as compreendo como uma conseq
quência natural das garantias e direi
tos que todos têm, pois isso não é um curral de escravos. Elas se justifica
ram até quando o Partido falhou. Por ob
servar essa disciplina é que temos tido numerosas vitórias. Mesmo em 1950, nós sô
perdemos para governador, pois ganha
mos na legenda e isso deve honrar-nos" (37).

Aí estava, mais uma vez, o chefe inconfundível a exercer o seu comando absoluto, pronto com assumir as conse
quências dessa direção autoritária. Mesmo sentindo o dissabor da derrota para a Prefeitura de Belém, em 1953, o PSD efetiva
mente tinha fôlego suficiente para enfrentar os novos embates que se aproximavam, em eleições sucessivas nos dois anos se
guintes. A legenda ainda apresentava suficiente vigor, nas su

as diversas instâncias (prefeitos, vereadores, deputados fede
rais e senadores), para manter as melhores expectativas no Esta
do. E foi o que aconteceu a partir daí.

Embora possam parecer contraditórias as dissensões internas do PSD e o comando absoluto exercido por Barata, elas significavam as naturais disputas pelos espaços no interior do partido, fenômeno comum num processo pluralista e democrático. Certamente que a dimensão alcançada pelo partido, sua hegemonia política e sua perspectiva futura favoreciam essas disputas que, em última instância, não cindiam o partido. Não há notícias de graves defecções no PSD ou no baratismo, mesmo diante de deci
sões erradas tomadas por Magalhães Barata ou pelo diretório re
gional. O próprio Otávio Meira rompeu com Barata e com o parti
do sem que isso viesse a significar uma nova oposição ao ex-in
terventor. Pelo contrário, a família, de modo geral, nunca dei
xou de acompanhar Magalhães Barata.

3.7 - 1955: BARATA E SUA ÚLTIMA ELEIÇÃO

Com a vitória de 1954 para o Senado, Magalhães Barata assegurou-se como o candidato natural do PSD ao governo do Estado, somando-se a isso o fato de que o partido continua va forte, a despeito das derrotas anteriores (governo do Esta do e Prefeitura de Belém). E a oposição, por seu turno, não conseguiu aproveitar o espaço conquistado, já que lhe faltou o indispensável líder capaz de aglutinar os interesses em jo go.

É compreensível essa situação, em função do jogo de poder político que envolve diferentes articulações e inevi táveis confrontos entre os participantes mais diretos. Assim, de um lado, continuava o PSD dominando a cena, através do pres tígio indiscutível de Barata apoiado por um senador, os deputa dos federais e estaduais e os prefeitos municipais, que conti nuavam sendo maioria. Todo esse elenco que fomentava o baratis mo e o pessedismo em função da prática política em que se in seriram oferecia a sustentação de que o partido precisava para se manter na frente da luta política. De outro lado, a oposi ção que quatro anos antes conseguira reunir-se em torno da

frete chamada Coligação Democrática Paraense e que, com a vitória para o governo do Estado, em 1950, passara a leve impressão de que poderia, afinal, consolidar o espaço político até então dominado por Magalhães Barata. Como já se viu, a própria oposição constatou que isso seria impossível, por causa exclusivamente da dificuldade de manutenção da unidade efemeramente conseguida. Assim, as condições objetivas e todas as circunstâncias políticas apontavam favoravelmente para nova arrancada do Partido Social Democrático.

Em 1954 haveria eleições majoritárias para o Senado (estavam duas vagas em disputa) e para as assembleias legislativas. Os dois senadores do PSD, Magalhães Barata e Álvaro Adolfo mantiveram suas candidaturas à reeleição, tendo derrotado os candidatos da Coligação Democrática Paraense, Epilogo de Campos e Paulo Maranhão. Para a Câmara Federal, o PSD elegeu cinco dos nove deputados e para a Assembleia Legislativa 17 dos 37 deputados.

Apesar da derrota em 1950 para o governo do Estado e em 1953 para a prefeitura de Belém, o PSD mostrou, em 1954, que ainda dispunha de uma máquina partidária muito bem estruturada, capaz de manter incólume o prestígio do partido. E como destacou Carlos Rocque:

"Foi decisiva, para Barata, a grande vitória de outubro de 54, quando ele

e Álvaro Adolfo se reelegeram para o Senado. Importante porque deu nova vida ao PSD, desbaratou as hostes coligadas, cavando ainda mais o fosso que separa os líderes, aumentando a discórdia e reabrindo velhas feridas que, na oposição, tinham falsamente sido cicatrizadas" (38).

Nessa vitória para o Senado, Magalhães Barata foi acompanhado, na suplência, do médico Waldir Bouhid, um dos melhores exemplos da fidelidade dos baratistas. Bouhid chegou ao Pará convidado por Barata para dirigir o Departamento de Saúde do Estado. Três anos depois, em 1947, engajou-se na campanha do PSD e foi eleito deputado estadual constituinte e no seu período de mandato alcançou a presidência da Assembleia Legislativa, foi governador interino por várias vezes, prefeito nomeado de Belém (ocasião em que se licenciou da Assembleia) e finalmente veio a ser deposto do governo (que exercia em função da desincompatibilização de Moura Carvalho, que se candidatara ao Senado, em 1950) por uma sublevação da Polícia Militar.

Afastando-se da política estadual e do Estado, retornou ao Pará, novamente a convite de Barata, para chefiar o setor de saúde da então criada SPVEA e daí foi para a suplência do Senado. Com a eleição de Barata ao governo, Bouhid assumiu sua vaga no Senado mas lá passou pouco tempo, porque instado

ainda por Magalhães Barata, renunciou ao Senado para assumir o cargo de confiança de Superintendente da SPVEA, por nomeação presidencial. Para preencher a vaga, houve eleições suplementares no Pará, tendo sido eleito o deputado federal Lameira Bittencourt, um dos homens de extrema confiança de Barata.

Este fato, inusitado sob todos os aspectos, era visto corriqueiramente no seio da "família pessedista". Como o próprio Waldir Bouhid explicou (39), tratava-se simplesmente de se despir de vaidades (a vaidade de ser senador) e de aproveitar a oportunidade de trabalhar pela Amazônia. Mas a questão de fundo, sem dúvida, era a mão forte de Magalhães Barata que estava sempre a demonstrar o incontestável poder com que dirigia o partido, criado e fortalecido por ele.

A cada passo que dava Magalhães Barata tecia a direção que imprimia ao partido e ao Estado, ambos expressando o poder política que desde 1930, com um leve interregno, vinha sendo o apanágio de vida do antigo tenente.

A performance eleitoral de 1954 pode ser atribuída a alguns fatores, entre os quais a desunião da oposição, acentuada pela atuação do Governador Zacarias de Assunção (que derrotara Barata em 1950) que se mostrou inapto para atacar a fortaleza pessedista e a sempre forte figura de Magalhães Barata, que ainda galvanizava o seu eleitorado cativo, sobretudo no interior do Estado, onde o partido controlava inúmeras prefeituras.

Como é fácil de se observar, uma derrota eleitoral pode não ser suficiente para desmontar um partido político, embora em determinadas circunstâncias venha a produzir irreversíveis prejuízos numa agremiação que não conte com uma base sólida, como era a do PSD. Ou seja, as duas derrotas mencionadas (1950: Governador e Senador e 1953: Prefeito de Belém) não conseguíram abalar a estrutura do PSD, que continuava a desenvolver a mesma política que o caracterizara desde o seu início.

Não é demais repetir que a vitória de Magalhães Barata ao Senado certamente revigorou-lhe o espírito, ao mesmo tempo que desfez a imagem - divulgada à larga pela oposição - de que o líder pessedista estava acabado. Nem o líder e nem o PSD haviam chegado ao fim, como vinha a provar a eleição para o Governo do Estado, realizada em 1955, que vinha a ser a última da vida de Magalhães Barata e certamente a mais trabalhosa.

As eleições de 1955 no Pará foram das mais conturbadas, muito embora não se deva afirmar que essas conturbações fossem inéditas, tais as variáveis que sempre interferiam nos pleitos, em função da geografia do Estado, dos interesses em jogo e sobretudo pelas práticas contumazes que, via de regra, governo e oposição adotavam para atingir seus objetivos. Nada de novo, portanto, nessa herança oligárquica que o Império e a República legaram ao País, que o PSD e a UDN lutassem com todas as suas armas (mesmo as ilícitas) para, no mínimo, fustigarem-se mutuamente.

As eleições de 1955 no Pará ficaram na história por causa de dois aspectos: em primeiro lugar, a longa batalha judicial para definir o vencedor, o que incluiu a realização de eleições suplementares em vários municípios; em segundo lugar e em decorrência disso, a demora na diplomação do eleito, no caso Magalhães Barata, em função do que expirou o mandato do Governador Zacarias de Assunção, tendo assumido o presidente da Assembleia Legislativa do Estado até a posse do novo Chefe do Executivo.

A síntese da última eleição de Magalhães Barata foi a seguinte: ele teve como adversário um candidato da Coligação Democrática Paraense (integrada pelos seguintes partidos: UDN, PSP, PR, PDC, PL e PSB) Epilogo de Campos, um médico de tradicional família e que era deputado federal. Muitos adversários de Magalhães Barata admitem hoje que a escolha de Epilogo não foi a melhor alternativa, porque ele seria o que se chama de candidato "pesado demais para carregar" ou seja, um candidato com dificuldades para empolgar o eleitorado e capaz de reeditar a vitória conseguida pelas oposições cinco anos antes.

Com acusações de fraude de parte a parte, o pleito foi decidido em favor de Magalhães Barata (diferença de apenas 1.743 votos: Barata obteve 97.307 votos contra 95.564 de Epilogo de Campos). E assim, no dia 10 de junho, quase 26 anos depois de ter iniciado sua primeira interventoria, Magalhães Barata assumia o cargo de Governador eleito do Estado do Pará.

Com a idade de 68 anos, Barata estava no auge do seu prestígio, com sua liderança partidária consolidada e com a experiência política que já lhe permitia avançar numa política de conciliação com vistas a realização de um governo eficiente, o que ele efetivamente tentou fazer. Como disse Quintiliano:

"Neste seu terceiro período de governo, Magalhães Barata mostrou não ser apenas um homem de pulso, mas, também, um administrador competente e empreendedor. Seguindo a política desenvolvimentista do governo Kubitschek, Barata procurou realizar vários empreendimentos no Estado, entre os quais o serviço de abastecimento de água de Belém, com a captação das águas do Guamã e o desenvolvimento de uma rede escolar em todo o Estado" (40).

Um ano após ter assumido, Magalhães Barata teve que comandar nova disputa eleitoral, desta vez para Prefeito de Belém, reduto oposicionista que confirmou essa tendência, repetindo a derrota que inflingira ao PSD em 1953. Agora o vencedor, Lopo de Castro, adversário pessoal de Barata, obteve mais de 13 mil votos de diferença, muito expressivo para a época, quando Belém representava mais de 30% do eleitorado paraense, ou cerca de 70 mil eleitores.

Essa derrota do PSD em Belém que, de certa maneira, não configurou uma surpresa, ratifica a característica de oposição que o eleitorado das capitais tem assumido, em todo o País, ressalvadas, é claro, as exceções costumeiras. No caso específico de Belém, já foi mencionado que a posição do jornal Folha do Norte influenciava de modo decisivo nesse eleitorado cativo e contrário a Magalhães Barata, bem como a postura de certa parte da elite que sempre fôra contrária ao então governador do Estado.

Corria o ano de 1958 e Magalhães Barata no poder enfrentou outra eleição, para renovação de uma cadeira no Senado, nove na Câmara Federal e trinta e sete na Assembleia Legislativa.

Foi para a disputa no Senado que Magalhães Barata, concretizando sua política conciliatória, convidou, embora desagradando boa parte do PSD, um antigo adversário político Agostinho Montecino, que aceitou mas perdeu a eleição para o outro grande desafeto de Barata, o ex-governador Zacarias de Assunção. Como explicou Roque:

"Barata não teve êxito nessa sua tentativa conciliatória porque a cúpula pesadista sabotou a candidatura de Agostinho. Aceitou-a porque ninguém ousava discordar de uma decisão do che

fe; mas "cristianizou-a". O próprio Dr. Agostinho confirmou a sabotagem, mas partida do segundo escalão, principal mente por parte de Armando Corrêa, que não queria a sua eleição e em quem sen tina logo uma sombra dentro do parti do" [41].

Para a Câmara Federal, o PSD elegeu quatro deputa dos (com 91.642 votos na legenda) e para a Assembléia Legislati va elegeu quinze deputados, o maior número por partido, embora precisasse de aliança para obter a maioria.

Apesar da derrota para o Senado, o partido, sob o comando do governador Magalhães Barata, era a sigla com maior poder de fogo no Estado e o futuro ainda haveria de lhe reser var melhores performances.

O episódio da derrota para o Senado ilustra bem o fato de que a forte personalidade de Barata era determinante da unidade do PSD, já que internamente o partido se debatia em mui tas questões dissidentes e divergentes. Em 1950, por exemplo, um cunhado de Barata, Anibal Duarte, rompeu publicamente com ele, embora sem deixar o partido, queixando-se de falta de apo io à sua candidatura a deputado federal. Mas nesse ponto, como já se viu, Magalhães Barata não se desviava do rumo que traça va, ou da decisão que tomava.

Com o apoio do Governo Kubitschek e através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Magalhães Barata procurava imprimir ao Estado uma administração compatível com os novos tempos, a despeito de sua já avançada idade não lhe permitir a dinâmica com que se houve nos governos anteriores. E sobretudo ele não se descurava da política, preparando-se para a sua sucessão, que já se aproximava.

Candidatos - e de peso - não faltavam ao partido para as eleições que se realizariam em outubro de 1960. E logo no início de janeiro de 1959 Barata dá entrevista aos jornais anunciando extra-oficialmente o nome do senador Lameira Bittencourt ao Governo do Estado, escolha ratificada na Convenção do PSD no dia 16 de março de 1959.

João Guilherme Lameira Bittencourt foi egresso do Partido Liberal e se elegeu vereador de Belém em 1936, tornando-se um fiel seguidor da liderança de Magalhães Barata. Acompanhou-o, como Secretário-geral do Estado na interventoria que se encerrou em 1945 e foi eleito deputado federal constituinte na legenda do Partido Social Democrático, pelo qual foi reeleito em 1950 e 1954. Em 1956 foi eleito senador na vaga decorrente das renúncias de Magalhães Barata e Waldir Bouhid e a partir de 1959 começou a se projetar nacionalmente quando assumiu a liderança da maioria e do PSD no Senado. Toda essa história de vida e sobretudo sua proximidade com Magalhães Barata referendaram sua indicação para disputar o cargo de governador. No iní

cio do ano o PSD perdera um de seus senadores, com o falecimento de Álvaro Adolfo, que fora companheiro de Barata desde a primeira eleição para o Senado, em 1946.

Assim esse ano de 1959 mostrar-se-ia particularmente fatídico para o PSD, pois em fevereiro Magalhães Barata teve que viajar para o Rio em busca de tratamento de saúde e quase enfrenta problemas políticos, já que por não existir o cargo de vice-governador o seu substituto teria que ser o presidente da Assembleia Legislativa, que não pertencia ao PSD o qual não conseguiu as alianças necessárias para se tornar maioria. A despeito disso, Magalhães Barata conseguiu contornar esse impasse, mas seu destino estava selado, porque o diagnóstico de câncer foi confirmado e ele retornou ao Pará sem esperança de qualquer recuperação.

O Estado praticamente parou para assistir a agonia de Magalhães Barata que, em seu leito de morte, ainda pôde assistir a uma última articulação política, através da qual foi criado o cargo de vice-governador e eleito, indiretamente pela Assembleia Legislativa, o ex-governador e devotado amigo Luís Geolâs de Moura Carvalho. Isto se deu no dia 28 de maio, vindo Barata a falecer no dia seguinte. Sua morte consternou o Estado, afinal, detonou o processo de reaglutinação das forças políticas que gravitavam em torno de sua figura.

Moura Carvalho era um hábil político e tinha to

das as credenciais para continuar a obra política de Barata, o que efetivamente conseguia por força de sua capacidade articuladora e conciliatória. Na realidade a tarefa a que se propôs Moura Carvalho não foi tão difícil por várias razões, entre as quais se sobressai a memória do líder que, tendo falecido no exercício do cargo de Governador, provocou uma enorme comoção não só entre os seus seguidores mas, tal como aconteceu no caso de Getúlio Vargas, em toda a sociedade, incluindo adversários que naquele momento viam-se obrigados a emprestar solidariedade humana naquela hora delicada e trágica.

Como se confirma com a análise feita por Tupiassu,

"a morte de Barata pareceu a muitos políticos que iria acarretar a dispersão das forças baratistas e alterar profundamente a distribuição do eleitorado. A outros, esta possibilidade não emergia como imediata, dado que havia um senador, já lançado à sucessão governamental, que surgia como herdeiro a curto prazo dos contingentes "baratistas".

O futuro próximo acabaria apresentando uma situação irônica: a morte do Governador Barata, ao invés de acarretar a dispersão da "máquina" pessedista, possibilitou, pela ação da nova

liderança, além do aproveitamento e ma nutenção em grau razoável das forças antigas, o desmonte do "espírito oposicionista" da Coligação Democrática Paraense: desta muitos saíram, ou nela ficaram, para jogar segundo regras pessedistas" (42).

Por seu turno, a unânime eleição de Moura Carvalho para o cargo de vice-governador numa Assembleia Legislativa de maioria oposicionista foi passível de variadas análises com vistas à interpretação do fato inusual. Foi uma cartada política de alto valor, como relata ainda o próprio Tupiassu:

"Essa cartada política era um dado no vo capaz de infirmar a hipótese de fragmentação anteriormente mencionada, quan to ao PSD. Representava o início do uso em larga escala, no Pará, do poder do dinheiro, algumas vezes oriundo do contrabando, para a definição de situações políticas" (43).

A questão do contrabando aparece como uma variãvel de peso nessa análise porque, sendo de interesse dos vários grupos envolvidos na política, permitiam uma aliança com fins comuns e determinariam, como se verá, a sequência dos fatos e a

direção que tomaram.

O desaparecimento de Magalhães Barata simplesmente obrigou o PSD a conviver sem a tutela de seu criador e líder e assim o partido ingressou numa fase exclusivamente pessedista, para se movimentar com novos comandos. Como disse Tupiassu, o partido deixou a fase baratista para ingressar na fase pessedista.

É interessante essa observação, porque reafirma o fato de que Magalhães Barata nunca largou o bastão de comando com que conduzia o partido, nem sequer quando, estrategicamente renunciou à sua presidência no ano de 1953. Quando da sua primeira eleição para o Senado, por exemplo, Magalhães Barata transferiu-se para o Rio de Janeiro sem perder de vista o partido e, de lá, dizem os seus adversários, comandava até o próprio Governo, àquela altura chefiado por Moura Carvalho. A sua morte, ironicamente, acabou por revigorar o partido, dando-lhe, afinal, a identidade que deveria ser a sua marca original, ou seja, o domínio e a manipulação do poder, através de articulações políticas autênticas e nunca com as imposições de mando que caracterizaram o período baratista.

3.8 - MORTE DE BARATA: AUGE E DECLÍNIO DO PSD

Essa nova fase pessedista estava em mão firmes e bem sustentadas pelo fato de que Moura Carvalho assumira o Governo do Estado e o partido tinha um candidato forte o suficiente para manter a hegemonia política dos sucessores de Magalhães Barata.

A morte de Lameira Bittencourt, ocorrida em janeiro de 1960 no Rio de Janeiro (a causa mortis foi câncer, que se manifestou em setembro do ano anterior, deixando tensa expectativa nas hostes pessedistas) caiu como uma bomba sobre o PSD, no dizer de um de seus deputados de então [44]. Em um ano o partido perdia três dos seus principais líderes e agora, a poucos meses da eleição, via-se sem candidato.

É, a partir desse instante que se pode delimitar, com certa precisão, o momento de transição, já referida, a que o partido se viu compelido. Ou seja, como um órgão, ele teria agora que dar conta de si, atuar com a força de sua estrutura e

não mais com o peso dos nomes que o comandavam. Como disse Moura Carvalho:

"no meu segundo governo eu estava mais experiente e nessa oportunidade, com o falecimento do Barata, eu recebi as du as heranças: a política e administrati va. Comigo o PSD cresceu muito; porque eu fiz a confraternização da família paraense, que o Barata não teve oportu nidade de fazer; eu consegui fazer e daí surgiu o meu prestígio, o crescimen to do meu prestígio". [45].

Moura Carvalho tinha plena consciência de que era o herdeiro natural de Magalhães Barata, por todas as ra zões já expostas e não se descuidava dessa enorme responsabili dade, como disse a propósito:

"eu era o herdeiro e por isso iniciei a campanha do Lameira, já como govern dor. Fiz a campanha em todo o Baixo- Amazonas em favor do Lameira, já ofici almente candidato. Aí, nessa altura dos acontecimentos, de uma feita que ele veio a Belém, muito abatido, muito mesmo e achei que ele estava muito do

ente. E de fato estava com câncer, vol
tou para o Rio e lá morreu. Aí desarticu
lou tudo" (46).

O grande lance que viria seguir era a escolha do candidato do partido, que recaiu no nome do advogado Aurélio do Carmo, que nunca havia exercido nenhum cargo eletivo, embora fosse militante do partido e muito ligado a Barata. Moura Carvalho explica a indicação:

"foi escolha pessoal, exclusivamente pes
soal. Eu escolhi o Aurélio e fiz toda a
campanha dele. Eu tinha uma autoridade
muito grande, eu dominava inteiramente
o partido. Eu era chefe mesmo, ele foi
indicado por mim e ninguém tergiversou" (47).

A comoção provocada pelas mortes dos líderes do PSD, o domínio da máquina do Estado e a habilidosa articulação política mantida por Moura Carvalho provavelmente assegurariam a vitória de qualquer candidato que o partido viesse a esco
lher, ainda mais levando-se em conta que, novamente, a oposi
ção não conseguia formar um bloco unido. A despeito disso, Aurélio do Carmo não era um neófito em política, como ele mes
mo conta:

"o meu pai trabalhou com o Gen. Barata,

foi delegado de polícia quando ele foi interventor; tive um tio, Nogueira de Faria, que foi secretário geral do Estado. Eu fui promotor em Castanhal e toda minha família foi ligada ao Gen. Barata. Basta dizer que fui o auxiliar dele mais jovem, numa das secretarias mais importantes. Fui governador com 39 anos, mas não cheguei a ser íntimo do Gen. Barata. Eu frequentava a casa dele, como todos os auxiliares frequentávamos, principalmente à noite, mas apesar de não ser íntimo dele, ele tinha uma - não dizia ilimitada - mas tinha uma confiança muito grande no seu auxiliar. Essa lealdade se demonstrava nessas lutas políticas que eu, como advogado, defendia os interesses do nosso partido" (48).

Efetivamente, Aurélio do Carmo não era um estranho no ninho, muito embora sua escolha tenha surpreendido a classe política e não só o PSD. Mas ele próprio acha que sua escolha foi natural, como explica:

"nas minhas aspirações de vida, eu nunca pensei em ser governador. Eu já tinha sido testado politicamente quando fui

candidato a suplente de senador na chapa de Agostinho Monteiro, convidado por Barata para demonstrar sua pacificação. Depois, certa vez fui candidato a deputado estadual. O Gen. Barata me deu alguns pontos sem expressão e eu não fui eleito. Eu era o consultor jurídico do partido. Era eu quem dava assistência jurídica. Quando o Gen. Barata saiu daqui, quase que corrido, depois que perdeu as eleições, era eu o advogado que defendia o pessoal todo do interior e, uma coisa natural, quando morreu o Dr. Lameira Bittencourt, surgiu o meu nome de baixo para cima, eu nunca pensei" (49).

Segundo Aurélio do Carmo, o diretório nacional do PSD tentou influenciar nessa escolha, para que outro nome fosse indicado, mas o governador Moura Carvalho, que dominava o partido, não deixou que sua decisão fosse alterada.

A despeito do firme comando de Moura Carvalho, a escolha de Aurélio do Carmo, referendada pelo partido, provocou, no mínimo, ciúme entre os pessedistas e pelo menos uma dissidência, decorrente da escolha do candidato a vice-governador. Por causa da indicação do deputado estadual Newton Miranda, o deputado Armando Carneiro desligou-se do PSD e saiu candidato

ao cargo por outra legenda.

O resultado foi inédito no Pará: Aurélio do Carmo venceu por maioria absoluta, com a ajuda da oposição dividida (Aldebaro Klautau seria o único candidato para enfrentar o PSD mas à última hora o então Senador Zacarias de Assunção resolveu entrar na disputa) e os seguintes resultados finais: Aurélio, 118.129; Klautau 54.235 e Assunção 44.152 votos.

Explicando sua excepcional vitória, Aurélio do Carmo disse que:

"naturalmente o governador Moura Carvalho u sou a máquina, como todos os governado res a utilizaram, mas ele foi ao encon tro, escolhendo o nosso nome, dos anse ios dessa massa pobre. E explico por que: não somente em torno desse pleito, eu sempre tive solidariedade humana. A cho que é mais fácil fazer o bem do que fazer o mal. Então, efetivamente, eu e xerci sempre por onde passei, esse tipo de atitude, sempre pensei assim" (50):

Certamente que apenas a primeira parte da explicação é plausível, já que as qualidades do candidato jamais estiveram no jogo da disputa. Claro e indiscutível é que o PSD detinha

certa hegemonia política no Estado, reavigorada com a memória da morte recente de Magalhães Barata e, mais do que isso, pela já citada manipulação da máquina do Estado, manejada com eficiência por Moura Carvalho em favor do pessedismo. Ao admitir o uso da máquina do Estado, Aurélio do Carmo confirma aquilo que já foi mencionado aqui no tocante às variáveis que contribuíram para o crescimento do partido no Estado. A manipulação da máquina é a mais óbvia, e seus efeitos são bastante conhecidos, como a pressão sobre Prefeitos, funcionários e mesmo contribuintes (a pressão fiscal, que é uma realidade palpável em todas as instâncias da administração pública no Brasil). Mas não se pode ignorar a fraude que, em todas as suas formas, sempre conspurcou o processo eleitoral no Brasil, em todas as épocas. No caso específico do PSD paraense, ou para ser mais genérico, do processo político eleitoral no Pará. Tupiassu analisou a questão da fraude em relação às eleições parlamentares de 1962, a qual se pode, com facilidade, estendê-la para todos os períodos:

"A fraude eleitoral teve importância na última eleição paraense - merecendo inclusive um capítulo especial no Relatório da Comissão Apuradora - de modo que é mister abordá-la. Divergem muito as opiniões sobre a amplitude em que teria ocorrido; para a maioria dos entrevistados, atingiu proporções nunca vistas anteriormente; para pequena parcela foi

menor do que no pleito de 1958. É muito problemático que se possa apurar a procedência dessas opiniões, mas, com segurança, pode-se afirmar que jamais a repercussão da fraude eleitoral e a tomada de consciência sobre sua negatividade alcançaram tamanha escala no Estado". (51).

Em seguida o autor descreve várias formas de fraude, entre as quais a "fraude de cartório", "fraude das urnas", "fraude pelos excessos de votação", "fraude na cédula única", "fraude nos boletins eleitorais" e finaliza destacando a fraude conhecida por "mapismo":

"por este nome, que passou entre as camadas populares do Pará a ser sinônimo de fraude eleitoral, entende-se a alteração fraudulenta dos mapas que computam os resultados de diversas urnas apuradas por uma Junta" (52).

A fraude, realmente, campeava nas eleições e os resultados finais das eleições para Governador em 1950 e 1955 refletem bem essa questão, com eleições suplementares, disputas acirradas nos Tribunais, acusações de parte a parte, etc.

Com a vitória de Aurélio do Carmo, o PSD consoli

dou ainda mais sua posição hegemônica e com grandes perspectivas futuras, face a emergente liderança do governador eleito, jovem e promissor para o partido. Mas esse novo governo foi marcado, logo de saída, por dois fatos conjunturais: em primeiro lugar, eleições em 1961 para a Prefeitura de Belém, o reduto da oposição. O candidato foi Moura Carvalho e o PSD, pela primeira vez conquistou essa posição, numa disputa que contou com vários candidatos. Essa vitória na capital, resultado decorrente, ainda em parte, da eleição para governador e da já mencionada perfeita articulação política comandada por Moura Carvalho.

O outro fato diz respeito à própria administração de Aurélio do Carmo, que se desviou totalmente dos rumos inicialmente traçados na campanha e realizou um dos piores governos de que se tem notícia, caracterizado pelo descalabro, corrupção desenfreada, absenteísmo, tudo convergindo, afinal, para o descrédito do partido junto à opinião pública, destruindo todo o trabalho realizado a partir da morte de Magalhães Barata para a consolidação do PSD.

Apesar desse fato negativo, a máquina partidária ainda funcionava a contento, acoplada à máquina do Estado e a despeito do desgaste desta, de tal modo que já estava sendo articulada a composição da chapa para disputar a sucessão de Aurélio do Carmo. O candidato em 1965 seria Moura Carvalho e Aurélio do Carmo disputaria a única vaga para o Senado.

Mas em 1962, um ano depois da vitória do PSD nas eleições para a Prefeitura de Belém, houve eleições parlamentares e das duas cadeiras senatoriais em disputa o PSD conseguiu conquistar uma (com o candidato Lobão da Silveira) e a Coligação Democrática Paraense ficou com a outra (o candidato foi Cattete Pinheiro).

Para a Câmara Federal, cuja bancada foi aumentada de nove para dez deputados, o PSD elegeu quatro deputados, mesmo número que alcançara nas eleições de 1958 (a UDN elegeu dois, o PSP dois e o PTB dois).

Na disputa para a Assembleia Legislativa, o PSD elegeu dezessete deputados, num total de 37, aumentando sua bancada em três cadeiras em relação ao pleito anterior (as demais vagas ficaram assim distribuídas: CDP, sete; PTB seis; UDN quatro e PR três).

É fácil constatar que o PSD manteve a performance compatível com os resultados que obtivera ao longo de sua participação eleitoral, a despeito de ter perdido uma vaga de senador, mas conservou o mesmo número de representantes na bancada federal e ampliou sua participação na Assembleia Legislativa do Estado. É um resultado apreciável, sobretudo se for levado em conta que, naquela altura, o governo Aurélio do Carmo já mostrava os efeitos deletérios - mormente sobre o eleitorado - que o já citado descalabro administrativo provocava. Sem embargo, o

partido continuava hegemônico no Estado, a despeito da queda relativa no resultado eleitoral desse ano de 1962. Na análise que fez sobre essas eleições, Tupiassu tece comentários globais sobre a questão partidária, já admitindo o decréscimo da influência dos partidos na opinião do eleitorado:

"A análise da eleição para a Câmara Federal que considere como ponto de partida os quadros partidários não é no Paraná a mais realista. Na verdade, os resultados somente "a posteriori" ficam adstritos à esfera partidária, como por via de consequência inevitável da estrutura política brasileira que valoriza os partidos, sem a legenda dos quais ninguém se pode candidatar. Os vitoriosos no pleito são os candidatos tomados pessoalmente e a vitória culminância de um árduo trabalho realizado por eles, no qual o partido teve participação muito restrita" (53).

A análise é correta porque reafirma uma realidade muito conhecida no Brasil e que se liga à fragilidade do sistema partidário. Mas no caso paraense, a força do baratismo vinculada rigidamente ao PSD consagrava esta sigla como variável importante dentro do processo eleitoral, o que o mesmo Tupiassu esclareceu:

"O caso do PSD é significativo. No tempo de Magalhães Barata eram utilizados os famosos rodízios. Como chefe do PSD, Barata dividia o Estado em zonas, vinculando-as a um candidato: no rodízio do candidato X nenhum outro candidato pesse dista tinha permissão para entrar, sob pena de incorrer nas sanções. Nessa época, sem bem o fato estivesse ligado à mística de um chefe que exigia disCIPLINA - podia ser dito que havia partido compacto e que a eleição de parlamentares era um fenômeno dependente da organização partidária - pelo menos no que tange ao PSD" (54).

Apesar de tudo, o partido ainda reunia condições objetivas indispensáveis para sustentar a sigla com importantes apoios políticos e eleitorais, tais como a mística do baratismo, a máquina governamental (em todas as instâncias, inclusive na federal, com o presidente João Goulart, do PTB, apoiado pela aliança com o PSD) etc. Mas veio a revolução de 1964 e a história tomou outra direção.

3.9 - PSD: O PRINCÍPIO DO FIM

É muito importante para o estudo da história do Pará - e sobretudo para o resgate da historiografia sobre os partidos e mais especificamente sobre o PSD - a análise do movimento militar de março de 1964, pelas transformações produzidas no Estado, pela emergência de novas lideranças, pelo esmagamento das antigas e, principalmente, pelo ataque inflingido ao Partido Social Democrático.

Convém esclarecer - e quicá repetir - que o movimento de 1964 encontrou amplas possibilidades - e facilidades - no Pará por causa, inicialmente, da desorganização no interior do governo estadual, que já mostrava fortes desdobramentos na opinião pública.

Quando foi deflagrado o movimento militar, o governador Aurélio do Carmo estava no Rio de Janeiro, numa de suas costumeiras e frequentes viagens que caracterizavam o seu absenteísmo no cargo. Em pronunciamento oficial o governador tratou de manifestar seu apoio ao movimento, certamente uma questão tática, de última hora, com vistas a se proteger do que

estaria por vir. Mas é certo que sua sorte já estava selada, muito embora ele não tivesse sido atingido pelas punições que vieram nas primeiras medidas tomadas pelos militares que ocuparam o poder. A lenta agonia política de Aurélio do Carmo, Moura Carvalho e, em última instância, do PSD do Pará demonstrou mais de dois meses, tempo necessário para que uma Comissão de Investigação fizesse devassa nas Secretarias de Estado (sob protestos e nêgicos mas infrutíferos de Aurélio) e conseguisse provas do descalabro que reinava na administração pública do Estado. Esse foi o conteúdo formal que fundamentou as acusações contra o Governador e o Prefeito de Belém, e seus respectivos vices. Ainda tentando salvar seu mandato, Aurélio do Carmo chegou a invocar a memória de Barata, dirigindo-se ao povo paraense:

"Meu General Barata: a minha posição é a mesma. O passado de um partido que teve um chefe como o meu inesquecível General, tinha e terá sempre substitutos que não se vergam e que, se caírem, cairão de pé" (55).

Evidentemente, Aurélio do Carmo tem sua própria versão para o que lhe aconteceu em 1964, que ele chamou de "ne caute:

"eu fui apoiado, quando candidato ao governo, pela esquerda e pela direita ex

armada. Eu estive em contato com Prestes, com Plínio Salgado, com o Franco Montoro, que era presidente do PDC. Essas três forças me apoiaram mas eu fiquei numa linha equidistante. Então, quando veio a revolução, exploraram a minha ida à Rússia, um retrato na exposição em que eu estava com Prestes, tudo serviu de motivação para a revolução" (56)

Aurêlio do Carmo diz que no Pará os adversários do PSD tomaram conta da revolução, quer dizer, "aqueles que não ganhavam no voto, aproveitaram o movimento popular e se uniram a militares aqui no comando da região e fizeram aquele trabalho que todos sabem" (57).

Na versão do ex-governador, bastante unilateral tendo em conta os fatos que já eram públicos, ele chegou a receber sondagens para acordos: "fizeram um oferecimento para que eu permanecesse no governo contanto que mudasse o secretariado. Eu efetivamente fiz algumas mudanças mas eles disseram não, que eles é que tinham que escolher. Aí eu usei a seguinte expressão: prefiro ser cassado do que ser castrado" (58).

Entre os pessedistas, há a convicção de que a revolução de 1964 foi responsável direto pelo esfacelamento do PSD no Pará, como afirma outro ex-governador:

"foi, porque aqui no Pará o que houve foi uma empalmação do golpe de 64 pelos derrotados costumeiros e que passaram a ser governo. O objetivo deles era destruir o PSD e de fato quase que conseguiram". (59).

Para Tupiassu, o processo político paraense dava mostras de gradativa deterioração à medida que pleitos se realizavam e:

"no Governo o PSD não conseguia realizar um trabalho muito eficiente - talvez porque o jovem Governador, de quem tanto esperava o eleitorado, submergira nos problemas e não lograva estabelecer uma liderança mais firme sobre seus partidários". (60).

A reviravolta provocada pelo movimento militar de 1964 trouxe à cena política o Coronel Jarbas Passarinho, um dos articuladores do golpe no Estado, que foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa, inclusive com os votos do PSD que, tendo perdido substância por causa das cassações de seus principais líderes. Segundo a maioria dos entrevistados, inclusive o próprio Passarinho, a cassação de Moura Carvalho foi determinante da liquidação do PSD, seguida da cooptação feita pelo novo governo através de uma obra administrativa eficiente e envol-

vente. Para Moura Carvalho, a articulação feita pelo Comandante da 8ª Região Militar, General Bizarria Mamede foi um dos fatores que explicam o apoio do PSD à eleição de Jarbas para o Governo do Estado:

"o Mamede mandou me chamar e disse: olha, Moura, eu tenho o compromisso de eleger o Jarbas e eu conto com você, como companheiro de farda e amigo. Eu disse: tã certo, Mamede, eu vou trabalhar nesse sentido, eu sou o chefe do partido. E eu de fato reuni o partido e ainda com o meu prestígio, apesar de já estar cassado, consegui a quase unanimidade do partido; só um não quis votar e me alegou motivos de ordem pessoal. Houve uma certa relutância, mas depois todos aceitaram"

(61).

Nessa ocasião, o líder do partido na Assembléia Estadual era o deputado Hêlio Gueiros, que explica, referendado a versão de Moura Carvalho, porque o PSD apoiou a eleição de Passarinho:

"eu estava preso e fui libertado pelo Gen. Mamede, que me disse estar em busca de um nome que fosse um exemplo de conci

liação e que satisfizesse todas as corren
tes políticas. Quando ele me falou no no
me do Passarinho, eu perguntei: porque
vamos aceitar esse nome? Ele disse: por
que eu já acertei tudo com o Moura. Aí
eu disse: se o Gen. Moura concordou, eu
respeito a sua decisão. Eu acatei a lide
rança do Moura Carvalho, mesmo cassado" (62).

Tendo sua eleição como fato consumado, o Coronel Jarbas Passarinho iniciou um governo que intentava sacudir o Estado com obras importantes, ao mesmo tempo que projetava uma imagem capaz de superar as divergências ainda remanescentes. Para isso, o novo governador fez questão de demonstrar seu apreço pela memória de Magalhães Barata, para garantir apoio dos "bara^utistas", o que efetivamente conseguiu, ao mesmo tempo em que as segurava o apoio dos partidos que, contrários ao PSD, já estavam ao seu lado no governo.

Na análise de Tupiassu, as coisas foram vistas da seguinte maneira:

"Empossado Passarinho no Governo, outra inevitável recomposição de forças políticas teria que ocorrer - e efetivamente ocorreu. Mas as combinações dessas forças processaram-se em moldes que acaba

baram por reproduzir, dentro de poucos meses, o esquema básico da política estadual de anteriormente: de um lado ficava o PSD praticamente isolado na oposição; de outro uniam-se os tradicionais partidos da aliança 'coligada', apoiando o situacionismo sob a liderança de Passarinho, que cuidava de um trabalho governamental agressivo e empenhador - que mais ainda diminuía por suas boas repercussões e por sua publicidade favorável, as futuras possibilidades pessedistas" (63).

Antes da extinção dos partidos políticos no Brasil, em outubro de 1965, através da AI 2, o PSD no Pará ainda teve a oportunidade de passar pela sua mais dura prova, desde a sua criação, no longínquo ano de 1945. Tratava-se agora de disputar o Governo do Estado nas condições as mais adversas possíveis, quando o partido não mais representava a maioria, com seus adversários junto ao poder e com dificuldades até para encontrar um candidato de peso. Essa conjuntura forçou o partido a adotar uma posição que muitos consideram o seu canto do cisne, já que o PSD acabou amargando uma espetacular derrota, como nunca havia tido no Estado. Diante do crescente prestígio do então Governador Jarbas Passarinho, o já combalido PSD viu suas bases se desmoronarem na medida em que o Governo do Estado

avançava o seu poder pelo interior do Pará e produzia resultados administrativos inquestionáveis.

Para enfrentar o grupo situacionista, o partido decidiu marchar para as urnas com um nome ligado ao movimento militar de março de 1964, convencidos de que uma candidatura nitidamente pessedista não conseguiria ter expectativa de vitória. O nome escolhido foi o do Marechal Zacarias de Assumpção, então Senador, adversário político do baratismo, contra o qual lutara desde 1947 e conseguira derrotar em 1950 e 1958, em eleições para o Governo do Estado e para o Senado.

Essa candidatura, que teve como vice o então Deputado Hêlio Gueiros, e foi apoiada também pelo jornal Folha do Norte, o outro tradicional adversário do baratismo, se não chegou a cindir o partido (que já estava bastante enfraquecido, como já se viu) encontrou alguma reação entre os pessedistas mais ortodoxos que, no entanto, não a conseguiram desestabilizar, em virtude da conjuntura política absolutamente desfavorável para o partido. Gueiros explicou essa candidatura da seguinte maneira:

"eu fui uma das últimas pessoas a se convencer de que o Assumpção deveria ser o nosso candidato. Eu resisti, não com hostilidade a ele, mas achava que a gente não devia, a situação era

difícil, uma cartada quase perdida. Mas depois fui pouco a pouco me convencendo porque o ambiente no Pará era tal que só uma patente militar poderia fazer a campanha. Então nós usamos estratégicamente o Assumpção, porque se fosse um de nós, eles nos arrancavam direto para o xadrez" (64).

Por seu turno, outro pessedista histórico admite que essa candidatura em 1965:

"nunca teve explicação. Eu sempre fui contra, combati demais isso, há muitos, que não quero relatar o nome, aqueles que eu contava que viessem fazer a frente comigo, não o fizeram, falharam na hora. Eu tenho um documento histórico, assinado por 14 membros do diretório que não aceitavam o Assumpção" (65).

Segundo Tupiassu:

"a candidatura Assumpção afigurava-se ao PSD capaz de promover sua recuperação. Em primeiro lugar porque o ex-governador, tendo profundas vinculações com os

antigos coligados, poderia causar sério divisionismo no grupo liderado, em 65, por Passarinho. Em segundo lugar, porque semelhante candidatura evitava o apoio de "anti-revolucionários" ao PSD" (66).

A disputa final ficou polarizada entre o candidato do grupo liderado por Passarinho (o Major Alacid Nunes, que fora eleito indiretamente Prefeito de Belém, após a cassação de Moura Carvalho), com o apoio da UDN, PTB, PDC e PR e a candidatura pessedista de Assumpção, aliada a um pequeno partido, o PRT. O candidato situacionista foi eleito com 67% dos votos, na mais fragorosa derrota sofrida pelo PSD, que viu assim sepultadas as suas esperanças de recuperar o antigo prestígio conquistado no Estado.

Pouco tempo depois os partidos políticos foram extintos, tendo sido criadas duas novas agremiações, a ARENA e o MDB. Neste ficaram os pessedistas tradicionais, somados aos antigos e recentes políticos que divergiam da nova situação dominante no Estado. Para aquela confluíram todos os que já haviam decidido apoiar a "revolução" no Pará, os cooptados, a nova classe de políticos, definindo, de certa maneira a mesma divisão de forças existentes antes dessa mudança. Agora o PSD estava num MDB enfraquecido, enquanto seus adversários, concentrados na Arena, experimentavam a sensação de ser governo.

Essa circunstância delimita, com razoável precisão, o definhamento do PSD que viu, no golpe de 1964, o ataque final à sua pujança de outrora. Definhando até à acachapante derrota de 1965, o partido mal teve forças para, organizado o MDB, rearticular suas antigas lideranças em torno do espólio do baratismo. Como aconteceu no plano nacional, também aqui no Parã foi difícil recrutar quadros para organizar o partido, muito embora, com o passar do tempo, velhos pessedistas se reuniram no novo partido e até conseguiram, quase duas décadas depois, recuperar o poder perdido. Mas isso já é outra história.

IV - PSD E MAGALHÃES BARATA: A OPOSIÇÃO

4.1 - MAGALHÃES BARATA E A OPOSIÇÃO DA SOCIEDADE

so de Barata contribuía para acirrar os ânimos entre os que não o apoiavam, como se pode inferir de uma entrevista do interventor, na qual ele dizia que:

"O obstáculo que se me tem apresentado é o que decorre do descontentamento e do despeito daqueles que, pela vitória da revolução, se viram despojados dos auxílios monetários ilegais, imorais e desonestos, que lhes proporcionavam os governos passados, por meio de verbas idealizadas em benefício da bolsa particular de cada um. E maior obstáculo ainda, tenho encontrado da parte daqueles que nunca puderam e nem podem viver sem o prestígio da política bastarda, que tanto infelicitou nossa Pátria, por ter, pelo menos, durante o período de reconstrução revolucionária, afastado por completo a malfadada politicagem da administração pública" (67).

Como já se viu anteriormente, de um lado Magalhães Barata enfrentava os seus adversários com mão de ferro e de outro implementava o seu projeto político que se baseava, sobre maneira, numa política voltada para a moralidade e o assistencialismo administrativo.

Segundo uma interpretação dada por Coimbra a res
peito desse período:

"faltavam aos novos dirigentes as quali
dades dos verdadeiros estadistas, a uni
dade de pensamento político coerente, a
visão da realidade. Faltava-lhes - prin
cipalmente a Magalhães Barata - o espí
rito de conciliação, que sempre foi a
pedra de toque para solucionar as con
tradições de nossos problemas políticos
nos momentos mais difíceis" (68).

Efetivamente, o que parece ser mais provável é que
o caráter autoritário de Magalhães Barata tenha sido o princi
pal responsável pelos problemas surgidos na área política, am
pliando os quadros oposicionistas, pois o interventor empunhou
a bandeira da exceção e dela não se afastou. Com a missão de
que se revestiu sua interventoria, Magalhães Barata não pode
ria mesmo conciliar, o que não aconteceu muitos anos depois
quando, em circunstâncias totalmente diferentes, ele adotou no
va postura, compondo inclusive com adversários antigos.

Mas na linha da oposição que sofreu, pode-se desta
car duas vertentes principais, que se localizam na área políti
ca e na área jornalística. Aquela, com os já citados oponentes,
derrotados em 1930 e somados aqueles que não compartilhavam ou

simplesmente não apoiavam os métodos de governo adotados por Magalhães Barata. E esta em função de vigoroso combate que lhe moveu o jornalista Paulo Maranhão através das páginas do seu diário "Folha do Norte". O início das desavenças entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão não está muito claro, mas parece remontar às eleições para a Constituinte e que foram convocadas em 1933. Segundo Rocque:

"Onze dias depois da eleição houve um fato que merece registro: Paulo Maranhão criticou, em seu jornal, um ato de Barata, que mandara punir todos os funcionários estaduais que não tivessem votado. Melindrado com a crítica, Barata suspendeu a "FOLHA" por quatro dias. A partir de então estava declarada a guerra entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata" (69).

Dessa forma, a partir de 1934, a oposição política contou com a poderosa ajuda do jornal Folha do Norte em todos os momentos da luta contra o "baratismo", na primeira fase e depois, também, contra o pessedismo, numa batalha que não se limitava aos discursos ou às páginas do jornal, como descreve Coimbra:

"... na madrugada de 23 de setembro de

1934, não suportando mais os ataques recebidos através das colunas do jornal, a tropa de choque e a polícia atacaram a "FOLHA DO NORTE", metralhando o edifício da rua Gaspar Viana, apreendendo a edição daquele dia. Além disso Magalhães Barata, sofismando fundamento em um dos artigos da Constituição, suspendeu por 10 dias a circulação daquele órgão de imprensa". (70).

Essa primeira fase da luta oposicionista contra Magalhães Barata foi marcada por violência de parte a parte e, como já se viu, culminou na derrota política do interventor, motivada, em grande parte, pela maneira ditatorial como insistia em governar. Como insiste Coimbra:

"Eclodiu então um sério e grave contraste entre a realidade social e política estabelecida, e o pensamento e os métodos dos políticos de ação do Interventor Magalhães Barata. De um lado ficou o governante paraense com sua ideologia ditatorial jamais desmentida, e do outro a sociedade civil, e a oposição livre da camisa de força que lhe fora imposta pelo regime discricionário instituído a

partir de outubro de 1930" (71).

A despeito disso, e da forte aversão que aquela altura o interventor mantinha ao sistema democrático, Magalhães Barata fundou o Partido Liberal do Pará que, para a constituinte federal, elegeu todos os representantes do Estado e, para a Assembleia Constituinte estadual, elegeu 21 dos 30 representantes. Esses resultados não deixavam de mostrar a força política do interventor que, autoritário ou não, implementava um projeto político ao seu estilo, muito embora, no ano seguinte, tenha sido derrotado na eleição indireta para o governo do Estado graças à deserção de alguns membros do Partido Liberal, que se uniram aos deputados da Frente Única Paraense e retiraram, assim, a tranqüila maioria de que Magalhães Barata dispunha para se eleger.

Nessa primeira fase de sua vida política, Magalhães Barata parece ter encarnado, de certa forma, aquela categoria "coronelística" tão bem descrita por Vitor Nunes Leal (72), ou seja, paternalista com os amigos, no sentido do favorecimento pessoal, e duro com os inimigos, que eram tratados a pão ãgua, muito embora, em algumas situações, tenha demonstrado um raro despreendimento na composição política que alcançou até adversários.

Todos os que conviveram com Magalhães Barata são unânimes em afirmar que de todos os adversários de sua carrei

na política, Paulo Maranhão foi o maior, mais virulento e o de maior poder de fogo, exatamente por causa do prestígio que desfrutava, no Estado e na região, o seu jornal "Folha do Norte".

Quando Magalhães Barata retornou ao governo, em 1943, os ataques recomeçaram e diariamente, sempre fazendo alu^{ção} são à corrupção entre os seus auxiliares e ao seu despreparo intelectual para governar. De Magalhães Barata, além do ataque armado às instalações da Folha do Norte, o jornalista recebeu um banho de fezes, quando saía de sua residência, atiradas por um sequeaz e que teriam sido recolhidas num leprosário. Barata nunca admitiu ter sido o mandante, embora não tenha desaprovado a atitude do autor do atentado. Essa era outra característica de Barata: apoiar quase incondicionalmente tudo o que seus auxiliares faziam, desde que essas ações resultassem em provei^{to} to de seu projeto político de sustentação do poder no Estado.

Para alguns amigos mais íntimos, Magalhães Barata chegou a confessar, já velho, que em benefício do povo para^{en} se, ele conciliaria com todos os inimigos, menos com Paulo Maranhão.

Observe-se que Paulo Maranhão tentou ampliar sua luta contra Magalhães Barata no campo político mas foi contun^{da} dentemente derrotado, em 1946 e 1954 para o Senado, logrando eleger-se, em 1950, para a Câmara Federal. A força do jornal de Paulo Maranhão era indiscutível e pôde ser a grande bandei^{ra}

na de luta utilizada pela oposição para enfrentar Magalhães Barata, de tal modo que este se viu obrigado - como já foi visto - a fundar um jornal que pudesse neutralizar os ataques que sofria. Este jornal, chamado O Liberal, com a morte de Barata entrou em declínio, o mesmo ocorrendo com a Folha do Norte que, depois do desaparecimento de Paulo Maranhão, não mais foi o mesmo de antes. Um empresário adquiriu o controle de O Liberal, reformulou-o, modernizou-o transformando-o no principal jornal do Estado e acabou comprando os despojos da Folha do Norte, encerrando suas atividades, isto já na década de 1970. Paulo Maranhão morreu em 1966, com mais de 90 anos de idade. Em 1964 apoiou o golpe militar mas se opôs ao primeiro governador do Pará, que se proclamou admirador de Magalhães Barata. Em 1965, a Folha do Norte apoiou o PSD, seu antigo adversário, na disputa pelo Governo do Estado.

Além da Folha do Norte e da elite intelectual e econômica do Estado, Magalhães Barata sofreu também a implacável oposição política da União Democrática Nacional, do Pará, que chegou a formar a Coligação Democrática Paraense, uma aliança com pequenos partidos com o fim exclusivo de combatê-lo. Foi sobretudo em função da UDN e da CDP que se cristalizou, no Pará, o antibaratismo, já que as campanhas eleitorais ofereceram campo fértil para que essa oposição se disseminasse, muito embora nesses embates a vitória tenha sido, na maioria das vezes, de Magalhães Barata ou de seu partido.

Foi nesse terreno específico que mais se organizou a reação ao "baratismo", pois como diz Bobbio:

"a expressão mais visível da oposição está hoje nos partidos, que são os agentes de agregação da demanda política" (73).

Assim, segundo a lógica política em curso, no momento em que Magalhães Barata criou o partido que lhe daria sustentação, seus adversários, antigos e novos, também se aglutinaram em torno de idêntica organização, para a disputa pelo poder.

4.2 - O PSD E A OPOSIÇÃO PARTIDÁRIA

No Pará, a formação dos partidos políticos surgidos no bojo da redemocratização também obedece o mesmo processo que se verificou no plano nacional, sobretudo no que diz respeito aos primeiros e mais importantes deles, a União Democrática Nacional.

Logo após a criação do PSD, a oposição a Magalhães Barata reuniu-se para fundar a União Democrática Paraense do Pará que, da mesma forma que ocorreu no plano nacional, aqui também teve, como motivação especial para sua formação, a aglutinação dos que se opunham, no plano nacional, à ditadura varguista (plano nacional) e, no plano regional dos que se opunham a Magalhães Barata que, no Pará, podia ser considerado uma extensão do getulismo.

Desde o início, a UDN, no Pará, forjou a característica do anti-baratismo e esteve sempre à frente das alianças organizadas na tentativa de derrotar o grande adversário, que comandava o Partido Social Democrático.

Vale dizer, contudo, que a oposição se organizava já com acentuada desvantagem, por causa da figura de Magalhães Barata, que levava muitos corpos de vantagens, em função da primeira interventoria, do Partido Liberal e do governo populista que Barata implementara e que, indiscutivelmente, consolidara o seu prestígio no Estado. Com o retorno de Barata em 1943 e a conjuntura propícia que engendrara a criação do PSD, restou pouco espaço para que a oposição firmasse, de fato, a relação de confronto equilibrada. Mesmo assim, a UDN encontrou respaldo suficiente para o enfrentamento político com Barata: conseguiu recrutar quadros importantes entre a intelectualidade paraense, o apoio do jornal Folha do Norte respeitadíssimo na época, e a união de vários pequenos partidos contra o ex-tenente.

Entretanto, nos primeiros embates, como já foi visto, o "baratismo" conseguiu vitórias esmagadoras, como as de 1946 e 1947, o que levou os adversários a unirem-se na Coligação Democrática Paraense, sigla que veio a representar, de fato, a legítima oposição ao PSD. Um dos quadros mais importantes da UDN no Pará e, por extensão, da CDP, explica essa luta inicial:

"Nós, da coligação, portamos uma bandeira de esperanças maiores do que aquilo que poderíamos proporcionar ao povo. As elites locais tiveram um sucesso extraordinário na derrota do baratismo, em 50,

mas o baratismo trazia em si a fantástica carga do populismo. O baratismo, salvo as brilhantes exceções, não portava a bandeira da grande intelectualidade, mas se apresentava como portador de uma força insurgente, difusa, populista, que às vezes, por processo violentos e até primários, procurava quebrar as estruturas vigentes, e estimulava a vindita social" (74)

Para ele, a vitória em 1950 não significou a mudança que a oposição esperava por causa da ausência de sedimentação partidária, uma vez que:

"A coligação foi apenas uma frente democrática, uma união temporária e não um partido definitivo. Conquistado o poder, cada um cuidou de fortalecer a sua base, o seu partido. Então viu-se medrar conflitos, competições, entre a UDN e os demais partidos, aquela união de guerra, que caracterizou a brilhante luta de 1950, foi sucedida pela competição interna. Esses e outros fatores tinham concorrido para o nosso enfraquecimento diante de um adversário que, sin

gularmente, conseguiu se manter unido sob a liderança férrea a mando efetivo do seu grande líder Magalhães Barata" (75).

Esse depoente, que foi uma das maiores expressões da UDN paraense, jurista de nomeada, reconhecia, sem embargo, a expressão política de Magalhães Barata:

"Ele foi um grande fenômeno, tinha intenções de fazer reformas populares, ponem, como não dominava os instrumentos jurídicos, ao lado dessa impulsão popular, e por não poder concretizar, tendia para o popularesco.

Ele tinha uma permanente preocupação com os problemas populares, um verdadeiro fascínio pelas massas, procurava resolver muitos desses problemas, às vezes não respeitando regras, tomando medidas violentas, arbitrárias. Efetivamente Magalhães Barata quis fazer profundas reformas sociais no Pará. Só que não as pôde fazer" (76).

Era essa, praticamente, a opinião que a oposição tinha sobre o baratismo, principalmente a oposição que usava a UDN como seu braço político para enfrentar o ex-interventor.

Em verdade, todos reconheciam que o carisma de Magalhães Barata, construído sobre premissas falsas ou não, representava uma força política considerável.

Como já se viu, nem a vitória para o governo do Estado, na eleição de 1950, conseguiu manter unida a Coligação Democrática Paraense. Essa jamais consolidou qualquer projeto mais duradouro capaz de liquidar com o seu maior adversário, que era o baratismo e seu braço político, o Partido Social Democrático.

As dissensões internas na Coligação Democrática Paraense, e sobretudo a ausência de um líder que pudesse galvanizar os interesses oposicionistas, foram os fatores primaciais a justificarem os equívocos políticos daqueles que se lançaram no combate ao baratismo.

Com o retorno de Magalhães Barata ao governo, nas também tumultuadas eleições de 1955, a oposição voltou ao seu ponto inicial na luta contra o baratismo e não mais se recuperou. Em 1960, sofreu nova e espetacular derrota um PSD que, desta vez, já não contava com a figura viva de seu líder maior.

Essa oposição sofrida por Magalhães Barata, mesmo destituída de um projeto mais amplo e duradouro para neutrallizar o poder do ex-interventor, indicava, contudo, que a hegemonia política do baratismo não navegava em águas calmas. Tal o-

posição, e que não era apenas de um partido (no caso a UDNI) mas da união de várias agremiações, caracterizava a reação de muitos grupos do Estado descontentes com os rumos políticos traçados por Barata e que, ao fim, conseguiam detectar muitas das falhas contidas no projeto baratista sem, contudo, destruí-lo.

Num certo sentido, essa oposição, partidária e extraordinária (via entidades como o comércio e indústria, im prensa, etc) valorizava as vitórias pessedistas e baratistas mas, por outro lado, dificultava sobremaneira os seus avanços.

A estruturação do PSD, no entanto, a partir de Magalhães Barata e com toda a força das interventorias, não deixava muita margem de manobra para a oposição. Um dos seus nomes mais expressivos, Agostinho Monteiro, foi cooptado por Barata e acabou sendo candidato a senador (derrotado), pelo PSD, contra Zacarias de Assunção, época em que o próprio Paulo Maranhão tentou amainar os ataques ao governador através da Folha do Norte com o intuito evidente de neutralizar o indiscutível poder de Barata e do PSD.

Paulo Maranhão chegou a articular, sem nenhum sucesso, uma aproximação com Magalhães Barata, numa demonstração da força pessoal que o ex-interventor tinha no Estado. Enfim, tendo a questão política girado em torno do baratismo e do antibaratismo, ou mesmo do pessedismo e do antipessedismo (pe las razões expostas no início do trabalho) é natural que se

possa aferir os desempenhos de um e de outro a partir dos resultados eleitorais palpáveis, no que Magalhães Barata e seus epígonos levam nítida vantagem.

Parecia, em um ato premonitório, uma prestação de contas definitiva, a justificativa final de seus atos à frente do Estado do Pará, uma vez que Barata, àquela altura, já estava consciente do mal que o afligia e que, afinal, o mataria meses depois. Como ele bem salientou, em relação às suas atitudes:

"A de que mais me envaideço, apesar de me ter custado - em longas prisões, e xílios e caminhadas infelizes pelo Brasil e países vizinhos - sangue, suor e lágrimas foi a que tomei, a ela me entregando de corpo e alma, na revolução de 30 e nos movimentos precursores de 22 e 24. A revolução de 30 teve muitos erros, trouxe muitos desenganos e decepções, mas ainda assim é justo reconhecer em seu favor, um grande saldo de serviços e benefícios ao País e ao povo" (77).

Consciente das suas limitações, Magalhães Barata soube fazer alguma auto-crítica em relação a sua longa obra po

lítica e administrativa, confessando que:

"o que mais lamento é não ter podido dar ao interior do Pará - apesar dos meus esforços e do muito que logrei fazer, principalmente no que toca à educação, à saúde, e às ligações rodoviárias - tudo o que ele precisa para melhorar as condições de vida de suas populações e incrementar o seu progresso, bem como o seu desenvolvimento econômico. Infelizmente os problemas são bem maiores que as possibilidades do Estado" [78].

Ele sequer deixou de tecer considerações sobre o seu temperamento, propaladamente duro, como reconheciam amigos e adversários:

"mas se fui, sou e tenho sido forte, nunca fui um violento ou um arbitrário. Antes, sempre procurei agir com espírito de justiça e a proceder e governar rigorosamente dentro da lei. Esta é que dá força, prestígio e autoridade aos meus atos. Mesmo dentro da lei ou dos regulamentos, sô sou forte ou duro,

como dizem alguns, na medida exata em que um governante precisa sê-lo para resguardar o princípio da autoridade e cumprir um programa de governo em benefício da coletividade. Se tenho errado - e é possível que tenha errado - uma coisa posso assegurar: foi sempre de boa fé com a intenção pura e com o desejo de acertar e de servir à minha terra. Jamais fui um arbitrário ou um violento" (79).

Eram palavras ditadas sobretudo por um homem que viveu muito e foi curtido nos embates e vicissitudes que enfrentou numa atribulada carreira militar e política. Mas eram sobretudo as palavras da experiência, que confirmavam o bom aprendizado que Magalhães Barata absorveu em meio às suas lutas. O rebelde de 1920 era o homem ponderado de 1950, absolutamente cõscio do que produzira na sua vida, já tendo ultrapassado os setenta anos. Uma demonstração insofismável do quanto a prática política tem de transformadora ou, pelo menos, de aperfeiçoadora de atitudes e palavras.

Nesse sentido, Magalhães Barata soube ser um ótimo aprendiz, pois a cada fase importante de sua vida política, é possível detectar avanços expressivos de sua maturidade.

V - MAGALHÃES BARATA: AS DIMENSÕES DO MITO

Pode-se demarcar, com certa nitidez, três fases distintas na vida pública de Magalhães Barata. A primeira começa por ocasião de sua primeira interventoria, quando conheceu o poder sob o afluxo da revolução de 1930 e da influência de Getúlio Vargas. Nessa fase que, como já foi visto, durou até 1935, Barata lançou as bases de seu poder popular, apoiado na conjuntura política que, em última instância, favorecia a sua índole autoritária (foi nesse período que ele teria pronunciado sua frase "Toda lei é potoca").

Apoiado na estrutura autoritária montada por Vargas e repassada aos Estados, Barata lançou-se ao seu projeto específico de consolidar um firme poder no âmbito da administração pública e dividindo a ação política com Abel Chermont, então seu aliado.

Fim do esse período, que durou quase cinco anos, Magalhães Barata só retornaria à vida política em 1943, quando praticamente se iniciava o processo de redemocratização do Brasil, que encontraria o seu ápice na Constituição de 1946.

Nesta sua segunda fase política, ainda como interventor e igualmente nomeado por Getúlio Vargas, Barata não encontrou, obviamente, a mesma situação anterior. No plano politico, não havia mais lugar para o clima ditatorial que tanto o ajudou em sua primeira fase como interventor. Por isso, ele teve que se ajustar aos novos tempos, recompondo sua forças e fazendo política, inclusive a partidária, de que é prova o esforço que dispendeu para a formação do Partido Social Democrático no Pará.

No plano econômico, a situação também se apresentava bem diferente do que na década anterior, sobretudo por causa da Segunda Guerra Mundial que estava em curso. A questão dedemográfica é uma boa ilustração do que acontecia na capital do Estado; como demonstra Penteado:

"de 1870 a 1920, registra-se o maior incremento demográfico de Belém, quando a população passou de 34.644 habitantes (em 1872) para 236.400 (em 1920) e se conheceram os tempos áureos do Pará, e época em que Belém conheceu sua grande fase de crescimento especial; o período compreendido entre 1920 e 1940 é marcado por um declínio demográfico, graças ao esvaziamento parcial que Belém então sofreu, acompanhando as crises que, na

5.1 - BASES POLÍTICAS DO BARATISMO

década de 30, se fizeram sentir até o início da 2ª guerra mundial" (80).

No seu primeiro período como interventor, Magalhães Barata governou um Estado esvaziado, sobrevivendo em profunda crise econômica. A austeridade que imprimiu como marca de governo e a reduzida população possibilitaram que fizesse uma administração com saldos positivos. No seu retorno, em função da conjuntura internacional, o Pará e Belém tiveram um grande crescimento, como conta Penteado:

"de 1940 a 1950 os esforços de guerra refletiram-se em Belém, que viu revigorado o comércio da borracha, o movimento de seu porto e de seu aeroporto. Muitos dos que foram para a Amazônia permaneceram em Belém; as tropas aquarteladas deram novo alento à cidade e uma centelha de esperança brilhou na longa noite amazônica" (81).

Quando retornou, por nomeação de Getúlio Vargas e para a qual formulam-se várias versões explicativas, Magalhães Barata retomou o discurso interrompido há quase oito anos atrás:

"Venho, como da primeira vez, governar convosco, porque sozinho eu não poderia governar. Venho reencetar os trabalhos

interrompidos, certo de que jamais me faltará a vossa cooperação, pois foi por ela que eu pude entregar ao meu sucessor esta terra mais ou menos governnada, certo de que o meu sucessor sô iria encontrar dificuldade na parte política, porque na parte administrativa eu deixara a casa bem feita. Jamais a consciência me acusou de haver baixado um ato em que eu fosse caprichosamente injusto por ódio ou revide contra quem quer que fosse" (82).

Nesse discurso, Barata já consegue mostrar sua faceta de homem mais experimentado e tolerante, ao propor a união de todos, inclusive dos adversários, para a nova missão que recebera. Por isso, descreve um dos seus objetivos mais imediatos, ligado diretamente ao motivo de sua nomeação por Vargas:

"Vou mobilizar os homens para o trabalho, para que todos corram em busca da borracha nas estradas abandonadas há mais de trinta anos. Este é o primeiro appelo, depois de mais de cinco anos de ausência, para que se entre nas matas para procurar tirar das seringueiras descansadas o ouro branco que os aliados

necessitam para vencer a guerra" (83).

Na sua terceira fase de comando político, quando foi eleito diretamente Governador do Estado, Magalhães Barata já estava envelhecido e o Pará acompanhando o processo de transformação que a industrialização brasileira impunha ao resto do País. Mesmo tendo encontrado uma máquina burocrática ampliada e novas necessidades públicas a exigirem determinação e recursos do governante, Magalhães Barata teve disposição suficiente para não deixar naufragar o seu projeto político, cujo braço mais viável, o PSD, ainda era uma força ponderável no Estado. Pouco antes de sua morte, disse em entrevista

"A obra administrativa de que mais me orgulho é a do serviço de abastecimento de água de Belém, que iniciado em meu primeiro governo, continuado no segundo, agora, na gestão atual, pude concluí-lo, dando uma solução em termos definitivos ao problema" (84).

Ou seja, mesmo combalido, o velho líder político não se afastava dos seus princípios, voltados fundamentalmente para a ação administrativa que se traduzisse em obras.

5.2 - O POPULISMO BARATISTA

A presença e a figura de Magalhães Barata na cena política paraense têm suscitado as mais apaixonadas análises e ainda recentemente teve reavivada sua personalidade com a criação de um "Memorial", obra do Governador Hêlio Gueiros, identificado como um dos mais autênticos baratistas. Não obstante, sua trajetória política na vida paraense tem contornos bem definidos no quadro da política brasileira e paraense que se inicia com o tenentismo, primeiro, e com a ascensão de Getúlio, depois.

Magalhães Barata, como já se viu, chegou ao poder, no Pará, no bojo da revolução de 1930, depois de ter participado de várias situações ditas "revolucionárias" (85) e de fazer parte do movimento tenentista. Chama a atenção o fato de Barata carecer de maiores experiências e sobretudo das artimanhas que envolvem as relações no governo e mesmo assim conseguir se sobressair e, até mesmo, dominar a política paraense por vários períodos.

Como se deve avaliar esse domínio quase absoluto e incontrastável que o interventor de 1930 veio a manter no Estado?

De saída, cabe considerar que Magalhães Barata iniciou o exercicio de seu domínio (ou de seu aprendizado político) sob dois contextos muito especiais: de um lado, a situação nacional de exceção, que permitia a instalação de governos fortes e autoritários, como o que de fato se organizou no Pará, que acabou sendo uma extensão da presença de Getúlio Vargas no Poder.

Barata surge, assim, numa fase consentânea com sua personalidade, formada desde cedo na vida militar e caracterizada sempre pela austeridade, sua marca inconfundível.

De outro lado, a situação de relativa estagnação que o Estado atravessava, em profunda crise econômica, com um precaríssimo sistema de comunicação interna e um renitente vazio governamental, ou seja, a ausência de ação do governo, sobretudo no interior.

Diante desse quadro geral, Magalhães Barata soube catalisar, assim, tanto as misérias e necessidades da população, como também fazer eficiente uso dos plenos poderes que a nova situação, e o apoio de Vargas, lhes punham nas mãos. Foi a partir de tais premissas, e exatamente nessa sua primeira fase de governo, que Magalhães Barata praticamente sedimentou as bases políticas com que veio a construir a liderança e o prestígio que manteve até morrer.

Na realidade, tal como Getúlio fez no plano fede

nal, Magalhães Barata manipulou, no plano estadual, o segmento mais abandonado e despossuído que o Pará podia apresentar, precisamente a população pobre do interior (a "caboclada amiga", como a ela Barata se referia) e da periferia da capital, num tipo de ação política muito assemelhada ao populismo, que começava a fazer escola em torno de Vargas. E isso, efetivamente, Barata conseguiu fazer, montado numa verdadeira política clientelística, utilizando a todo vapor a ainda precária máquina do Estado para implementar esse projeto assistencialista que consistia, fundamentalmente, na sua presença física e na concessão de variados favores ou obras públicas.

O Governador Hêlio Gueiros, eleito em 1986 e ele próprio um "baratista" histórico oferece a seguinte explicação para o fenômeno em estudo:

"No Pará, quem encarnou as mudanças de correntes da revolução de 1930 foi o Barata. Ele instituiu um sistema de governo de contato direto com o povo; então essa população do interior - e hoje ainda é difícil a gente chegar lá - que antes nunca tinha visto o seu governante passou a ver o capitão Barata e depois o major Barata andando por todos esses interiores. E como o período era de excessão, ainda não havia a nova reestru

turação democrática, ele exercia ao mesmo tempo o poder executivo o legislativo e o judiciário". (86).

A questão da presença física ganha relevo porque, na época em que Magalhães Barata iniciou sua interventoria, os governantes viviam muito afastados da população e praticamente não visitavam o interior. E Barata, assumindo a interventoria, supriu de imediato essa lacuna, idealizando visitas rotineiras para fazer o governo chegar a todos os rincões do território paraense. E a "caboclada" exultava com isso, sentia-se prestigiada e retribuída como podia, sobretudo nas eleições que vieram a ocorrer neste e em outros períodos. A partir daí, começou de fato a consolidação da popularidade e do poder de Magalhães Barata (e de todo um folclore que se criou em torno de seu nome e das viagens ao Interior, principalmente no que se refere às cobranças pessoais que o interventor fazia em relação a aplicação dos recursos públicos) e o sentimento que ele irradiava de austeridade, firmeza nas decisões e honestidade.

Evidentemente, esse tipo de ação política tinha relação com a tradição clientelística do país, que remonta ao próprio período de sua formação e que se acentuou a partir da implantação da República e que não foi sequer atenuada, mesmo com a crise oligárquica que desembocou na Revolução de 1930. Se o País, nesse período, ainda se caracterizava pelo domínio oligárquico, o Pará em especial era uma unidade política muito distan-

ciada do crescimento que os Estados do Sul já começavam a experimentar, a partir sobretudo da incipiente industrialização, que mesmo assim começava a alterar a face sócio-econômica do Brasil.

Desprovido do chamado "jogo de cintura", através do qual é possível conciliar antagonismos políticos, apagar arestas e até mesmo cooptar adversários, Magalhães Barata mesmo assim foi hábil o suficiente para, sem se desfazer do ranço autonitário, que nunca o abandonou, conquistar um eleitorado cativo que o acompanhou até sua morte. Essa habilidade ligou-se a escolha de bons auxiliares na arte da política. Um bom exemplo desse fato, no início dessa primeira interventoria, foi a entrega da articulação política do seu governo a Abel Chermont, enquanto a ele, Barata, caberia a parte administrativa.

Abel Chermont foi figura proeminente na política paraense e nacional. Descendente de políticos (seu tio foi o primeiro governador republicano no Pará), Abel Chermont militou, desde 1905, no antigo Partido Republicano Federal, no qual atuou por cerca de vinte anos. Foi eleito deputado federal em 1918 e chegou a assumir a Prefeitura de Belém. Foi um dos organizadores da Aliança Liberal no Pará, em meados de 1929 e acabou sendo um dos principais líderes da revolução de 1930 no Estado, tendo feito parte da primeira junta governativa (ao lado de Ismaelino de Castro e Mário Chermont) que assumiu o governo paraense. Tendo sido um dos fundadores do Partido Liberal, cuja iniciativa coube a Magalhães Barata, em 1933 Abel Chermont foi um dos depu

tados federais constituintes, de cuja bancada paraense era o líder.

Em 1934 Abel Chermont fazia parte do grupo dissidente do Partido Liberal que reagiu à indicação do interventor Magalhães Barata para candidato a governador em eleições indiretas, atitude que os "baratistas" consideraram traição e os oposicionistas apenas uma reação política.

Apesar de ter sido articulador político de Magalhães Barata, a atitude de Abel Chermont pode ser explicada pela sua discordância ao processo, que manteria Barata no poder. Mesmo com sua dissidência, Chermont foi eleito senador, em maio de 1935 (juntamente com Abelardo Conduru, também dissidente do Partido Liberal) e deu início a uma nova fase política, que o projetaria nacionalmente. Tendo se posicionado em várias oportunidades contra o governo Vargas, Abel Chermont fez parte da Minoria Parlamentar que se opunha à Lei de Segurança Nacional da ditadura, afinal promulgada. Esse mesmo grupo foi contra o fechamento da Aliança Nacional Libertadora e contra o estado de sítio pedido pelo governo para todo o País em função da "intentona comunista". Após a onda de prisões que se seguiu, Abel Chermont assumiu a defesa de Harry Berger, o militante alemão preso em dezembro de 1935 e torturado até à loucura pela polícia varguista. Em março de 1936 o próprio Abel Chermont foi preso, processado (após autorização dada pelo Congresso) e finalmente absolvido. Reassumindo sua cadeira no Senado, Abel Chermont ainda teve oportunidade

de denunciar todo o constrangimento que sofreu. Após o golpe do Estado Novo, Chermont passou a residir no Rio de Janeiro, onde foi candidato ao Senado, pela legenda do PCB, não logrando eleger-se e a partir daí praticamente abandonando a vida pública.

Dá que os primeiros anos da década de 1930 formaram o aprendizado inicial de Magalhães Barata em atividades - governo e política - que ele não desconhecia, mas que sempre tinha visto de uma perspectiva interna do Exército, ao qual sempre serviu, tanto em situações normais quanto em vários períodos atípicos.

Assumindo a interventoria do Estado do Pará no dia 12 de novembro de 1930 (87), Magalhães Barata tratou de sacudir o marasmo que encontrou no governo e o fez mantendo sempre as duas vertentes de atuação, já citadas: a militar e a popular. A primeira para impor sua autoridade (e o seu autoritarismo) e a segunda para conquistar o apoio da sociedade civil para governar.

Na verdade, a presença de Magalhães Barata à frente do governo suscitou muita oposição inicial no Estado, justamente pela sua origem militar e, mais do que isso, pela linha dura que encarnava. Ele não era um nome capaz de aglutinar, de saída, em torno de si o apoio consensual das lideranças existentes. Provavelmente por isso mesmo, ao ser escolhido interventor, tenha

optado por essa via populista, que poderia lhe abrir as portas do Estado e, mais do que isso, neutralizar a vigorosa oposição nascente na capital e que perdurou por muitos anos, principalmente por causa da influência marcante do jornal A Folha do Norte.

A raiz populista adotada por Magalhães Barata parece estar confirmada pelas próprias características do populismo, uma forma de vinculação governo-povo que privilegia, adredemente, compromissos assumidos com objetivos bem definidos.

Como diz Weffort:

"O populismo, como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 30. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da di

tadura de Vargas (37/45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massa da democracia do pós-guerra. Foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos, quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional" (88).

Por seu turno, Hêlio Jaguaribe considera que:

"O populismo representa a forma pela qual as massas emergentes, com a revolução industrial e sob as novas lideranças, decorrentes dessa industrialização, se inseriram no contexto brasileiro e foram cooptadas, com o conjunto das classes anteriores, dentro de um novo sistema" (89).

Está claro, em todo caso, que a expressão "populismo" não se define por si própria e o termo, frequentemente, é entendido dúbiamente. Tendo em conta a realidade latino-americana, é possível, todavia, reduzir a abrangência terminológica e

enveredar por um caminho mais seguro, que compatibilize a ques
tão política brasileira do período em estudo, com a particulari-
dade do caso paraense ou, para ser mais preciso, do caso bara
tista.

Dentro dessa reconhecida gama de interpretações so
bre a natureza do populismo, há quem descubra alguns pontos con
sensuais, como fez Ianni:

"Nos estudos conhecidos encontram-se da
dos e análises sobre o populismo como fe-
nômeno típico da passagem da sociedade
tradicional, arcaica ou rural, para a so
ciiedade moderna, urbana ou industrial.
Por isso, discutem o papel da revolução
das expectativas e a função da incongru-
ência de status nos fenômenos populistas.
No mesmo sentido, eles focalizam, de mo
do parcial ou extensamente, problemas co
mo o de mobilização social, mobilização
política e modernização. Em outro nível,
os estudos discutem as dicotomias elite-
massa, carisma-demagogia, democracia-au-
toritarismo, populismo-fascismo e outras.
Na maioria dos casos, perpassa a id
éia de que os fenômenos populistas correspon-
dem a formas "subdesenvolvidas" ou "de

gradadas" de organização das atividades políticas" (90).

Nesse caso, o baratismo pode se incluir em algumas das hipóteses prováveis, muito embora as análises costumem privilegiar, sobretudo, a emergência do proletariado urbano subordinado ao processo de industrialização. Barata direcionou o seu projeto político cooptador das massas fundamentalmente para o meio rural, onde se localizava a base de sua clientela. Todavia, convém lembrar também que a capital não foi sumariamente descartada por ele, já que a periferia se incluía em seu projeto. Mas é ainda Ianni quem diz que:

"Na maioria dos estudos sobre o populismo na América Latina, trabalha-se com base no pressuposto de que os movimentos de massas, os partidos políticos e os governos populistas: a) seriam fenômenos políticos produzidos no interior do processo mais amplo de modernização das sociedades latino-americanas; ou b) seriam fenômenos menos políticos produzidos pela incapacidade das sociedades latino-americanas realizarem a democracia representativa, segundo o modelo europeu ou norte-americano" (91).

Ora, o Brasil e o Pará da década de 30 inseriam-se nesse referencial em que emergia uma sociedade no caminho da industrialização e, por consequência, da modernização e onde as massas, também emergentes, representavam um expressivo contingente da população a ser "manipulado" dentro de um projeto político específico, como o que parecia ter Magalhães Barata, ao aceitar - depois de lutar para alcançá-la - a interventoria do Estado do Pará.

É claro que, como já se disse, o Pará estava longe de se industrializar e o próprio Magalhães Barata chegou a dificultar isso, ao suspender alguns incentivos estaduais que favoreciam diversas fábricas instaladas em Belém. Para se dar apenas um exemplo, citado por Mourão "medidas de caráter político-moralista provocaram dificuldades à indústria de cachaça do Estado" (92). Numa portaria, Barata determinou que a cachaça só poderia ser vendida pelos proprietários de engenhos se se destinasse a fins industriais e terapêuticos.

Mesmo assim, pode-se inferir que o baratismo procurava aliados na Capital e no Interior em busca de apoio para o seu projeto mais amplo, reformulador, na base, dos métodos políticos até então existentes. Como ressalta Ianni:

"Todos os estudos sobre o populismo latino-americano mostram que a ideologia e a atuação dos movimentos, partidos, governos

nos e regimes populistas revelam o empenho de reformular tanto as relações político-econômicas externas como as internas" (93).

Num certo sentido, portanto, Magalhães Barata teria vislumbrado o momento histórico em que se inseria politicamente e por isso não perdeu a oportunidade de assegurar a posição de relevo que o contexto emergencial lhe conferia, ou seja, governar sua terra com totais poderes, num momento especial de transição que se revelaria fundamental para o País, com a crise da oligarquia e o impulso provocado pela industrialização.

Além disso, observe-se que Magalhães Barata era oriundo do movimento tenentista, que se opôs ao Estado oligárquico e precedeu, no Brasil, ao projeto populista. Assim, seu projeto político encarnava, no Estado, toda a natureza do tenentismo no sentido de romper com as "carcômidas" estruturas vigentes.

O caso do baratismo parece ser peculiar na medida em que a literatura sobre o populismo prefere dedicar sua análise à problemática da emergência de classes urbanas, como acentua Ianni:

"O declínio da oligarquia e o surgimento do populismo são fenômenos relacionados tanto à crise das relações de dependên

cia como às transformações sociais, mais ou menos intensas e amplas, havidas no interior de várias sociedades latino-americanas. Ao surgirem as novas forças sociais e políticas geradas com a urbanização, a industrialização e o crescimento do setor terciário, destroem-se algumas bases mais importantes do poder oligárquico e criam-se condições para novas formas de organização do poder" (94).

Como já se fez referência, a base principal do projeto baratista estava localizada no Interior do Estado, muito embora, como também já se inferiu, ele permeasse sua ação cooptadora pelas massas que começavam, tenuamente, a chegar na Capital. O populismo baratista teve, evidentemente, sua matriz autoritária, muito embora, ao longo dos anos, viesse a ser transformado. As primeiras decisões administrativas do interventor, por exemplo, na avaliação de Coimbra voltaram-se "para a tarefa de desmontar as estruturas políticas sobre as quais se organizavam os segmentos da sociedade civil que haviam sido derrotados pela revolução" (95).

A respeito da visão que Magalhães Barata teve para a conjuntura em que surgira, e para a sua ligação com o homem do interior, Quintiliano sustenta o seguinte:

"Homem de visão larga, Barata fez uma tentativa que para muitos seria a queda imediata do poder: sem programa, sem objetivo ideológico, olhou no entanto para o interior e viu, incontinenti, que a miséria era agravada pelo latifúndio. Não havia lei agrária no País. Mas começou a executar uma tarefa que a muitos parecia na vingança contra os derrotados da velha República: confiscou vários latifúndios e empreendeu uma tentativa de reforma agrária que, se não deu certo e chamou contra si a oposição dos grandes proprietários, cada qual esperando a sua vez de perder as terras sobre as quais não provasse a legitimidade da posse, pelo menos revelou um propósito realmente novo e revolucionário de encaminhar a solução dos problemas do Estado". (96)

Essa espécie de reforma agrária intentada por Magalhães Barata e que obviamente causou muita repercussão, fez parte da reformulação do Estado que caracterizou parte do movimento que produziu a revolução de 1930. O rompimento dos acordos que permeavam a velha estrutura oligárquica colocava-se como proposta de governo do novo grupo de poder, do qual Barata fazia parte e não se descurava. E no caso específico desta reforma

ma agrária, a sua implementação foi um ponto importante para consolidar o poder e o prestígio do interventor junto à população do interior do Estado.

Parece indiscutível que esse projeto de Magalhães Barata não se configura com exatidão em todos os pontos que tem sido usados como referenciais do populismo, mas certamente é visível o seu enquadramento em alguns deles, ou mesmo em alguns aspectos genéricos, como aquele que indica que:

"Uma característica essencial do populismo é a sua retórica, que visa à mobilização do apoio entre os grupos subalternos da sociedade e seu caráter manipulador de controle de grupos marginais. Há uma acentuada ênfase no papel do Estado, mas esse tipo de populismo gira essencialmente em torno de um estilo de política baseado na atração pessoal de um líder e na fidelidade pessoal a ele, que têm seu fundamento num elaborado sistema de proteções e paternalismo. A ideologia populista é moralista, emocional, antiintelectual e não específica em seu programa"

(97).

E foi exatamente sobre esses aspectos que Magalhães

Barata forjou os princípios de sua entrada na política paraense, permeada pelo autoritarismo do próprio personagem e da conjuntura em que ele se viu lançado. Assim, governando com plenos poderes, teve certa liberdade para se projetar num Estado pobre.

Dentro dessa visão que a teoria sobre o populismo a apresenta, Magalhães Barata teria encarnado então, e de fato, a figura do líder carismático, autoritário e místico, que centra lizava o poder e a administração em redor de si e ao mesmo tem po convergia as suas ações para os segmentos mais carentes da população, cooptando-os em definitivo para a sustentação de sua obra política.

Ao optar por essa linha de atuação, é evidente que Magalhães Barata contrariou numerosos interesses, sobretudo en tre a elite paraense. Mas o interventor jamais recuou de seus propósitos, o que, de certa forma, reforçou a sua posição de di visor de águas na política local, durante todo o período em que esteve ativamente participando da agitada vida política do Pará.

5.3 - A MÍSTICA DO BARATISMO

A influência exacerbada de Magalhães Barata à frente do Partido Social Democrático e sobretudo sua postura como interventor (por duas vezes) e governador (eleito diretamente) foram as premissas básicas que permearam a criação do movimento político que se cristalizou como "baratismo" e que sobreviveu ao seu inspirador, de tal modo que ainda hoje - passados mais de 30 anos de sua morte - se encontra remanescente dele. A esse respeito e já em 1946, pouco tempo depois de sua segunda interventoria (que foi mais curta do que a primeira) um jornalista que o acompanhou por muito tempo escrevia:

"Hoje, o baratismo existe e é só o que existe como organização política. Por isso que o PSD é o único partido real no Pará" (98).

Descontado o entusiasmo de um fiel discípulo, a frase reflete o sentimento dominante entre os seguidores de Magalhães Barata que, naquela altura, tinha iniciado uma nova fase em sua carreira, desta vez nos quadros da competição elei

toral da constituição de 1946.

A austeridade no governo, a honestidade posta à qual quer prova e o envolvimento pessoal e carinhoso com a população pobre formaram o tripé em que se sustentou o "baratismo" para difundir-se como um movimento sedimentado e fortalecido pela associação com um partido político.

Neste caso, o Partido Social Democrático foi o instrumento que faltava para disseminar formalmente o movimento populista e por extensão carismático do "baratismo". O PSD permitiu arregimentar, em torno de seu líder, um grande número de adeptos que, de forma sistemática e organizada, contribuíram para espalhar sua mensagem e fortalecer sua liderança.

Entretanto, essa disseminação do "baratismo" não ficou adstrita ao partido político. O PSD foi o corolário da atuação política de Magalhães Barata por uma questão conjuntural, já que a redemocratização de 1945 é que permitiu, constitucionalmente, a formação de um quadro partidário diferente do que até então se conhecia (partidos regionais, por exemplo) e no bojo do qual Magalhães Barata se organizou para enfrentar os novos tempos. Antes disso, chegaram a ser instituídas as "Concentrações Magalhães Barata", coordenadas por um cunhado de Barata (Aníbal Duarte) e que se instalaram em vários bairros da capital como forma de arrebatar simpatizantes e eleitores em potencial. Com o mesmo objetivo foi a criação das Legiões Femininas, utilizadas

para a cooptação de se importante segmento do eleitorado - a mulher - que até então tinha, como se sabe, reduzida participação na política. Embora aqui a mulher viesse a significar, única e exclusivamente, arregimentação eleitoral, já que a sua convocação para disputas eleitorais era desprezada, o que se pode observar é que o "baratismo" não se descurou de nada que pudesse significar um efetivo apoio ao seu projeto político.

Para complementar o instrumental básico de consolidação do "baratismo", a fundação de um jornal se impôs, tendo em conta que boa parte da oposição que Magalhães Barata sufria concentrava-se no matutino Folha de Norte. Em função disso, Magalhães Barata e seus amigos, numa sociedade por cotas, fundaram, em 1946, um vespertino que se chamou O Liberal, com dois objetivos básicos: primeiro, a defesa do "baratismo" e, segundo, a sua disseminação.

Um dos editoriais do jornal, no início da década de 1950, exprime bem o tipo da sua personalidade e o culto do movimento que já tinha contornos bem definidos:

"... homem de têmpera rígida e de espírito caldeado nos sublimes ensinamentos abeberados na caserna, o querido homem público, que constitui o pesadelo de muitos figurões que hoje, encarapitados no poder, não se sentem entretanto segu

nos nas posições conquistadas à custa de uma maioria aleatória nas urnas, têm caráter vertical e, por isso mesmo, pelo seu temperamento e marcialismo das suas atitudes definidas e francas, talvez ainda não tenha conseguido se ajustar às tramas diabólicas dos entreencontros políticos, apesar de há 22 longos anos haver ingressado na seara das competições partidárias, comandando ao seu modo uma força ponderável que obedece e se amolda gostosamente aos seus princípios democráticos de autêntico líder popular" (99).

Esse editorial faz menção a um período imediatamente subsequente à única derrota eleitoral de Magalhães Barata (para o governo do Estado, em 1950) e expressava a luta contínua para a manutenção da glória baratista. A primeira parte do editorial tenta justificar a aparência dura e austera de qual Barata nunca se livrou e que às vezes o prejudicava, já que raramente ele conseguia demonstrar afabilidade, a não ser para poucas e íntimas amizades.

Em seguida, o texto detalha sua atuação política, reportando-se ao célebre evento de 1935:

"Quando por uma inominável traição de amigos que fizera subir, às vésperas, os degraus sinuosos das posições políticas foi apejado do poder, Magalhães Barata recolheu-se ao seio da tropa e, de lá, mais forte e convicto de que um homem injustiçado jamais poderá cair na antipatia popular, comandou a oposição contra o governo estadual, ditando aos amigos as diretrizes políticas, através de milhares e milhares de cartas que lhes enderecava, as quais, mesmo depois de sua volta à chefia do executivo paraense, continuaram a ser escritas incessantemente, e principalmente para os correligionários do interior, que não podiam ouvir a toda hora a sua voz orientadora de chefe". (100).

Esse contato epistolar permanente com as bases, mesmo Barata estando distante do poder (como foi o caso entre 1935/1943 e com menor ausência após 1950) serviu de combustível para alimentar a mística do "baratismo", pois mantinha o líder em evidência, isto é, provava que ele "não estava morto" e assegurava a continuidade do seu comando político.

Na intenção de mostrar a presença ativa do chefe

incontestável, embora sofrendo as amarguras de eventual derrota eleitoral, o jornal heitera que:

"Depois do insucesso eleitoral, quando perdeu a eleição para governador, os fatos estão se repetindo, desta vez, ponem, mais aceleradamente, pois Magalhães Barata como adversário político da atual situação dominante no Estado continua a desenvolver invulgar atividade, tendo a garantir-lhe a força ponderável de um partido forte e a dedicação dos amigos que lhe ficaram fiéis, por que vêem nele a encarnação dos seus próprios anseios, no trabalho hercúleo de promover a grandeza da terra paraense" (101).

Aquí se tem a síntese do novo político em que Barata se transformou, pois foi capaz de arrestar a grande derrota e continuar a desempenhar o papel que lhe cabia, ou seja, manter unidos os seus partidários na espera dos próximos combates. O editorial termina fazendo alusão aos adversários:

"Se o baratismo é coisa liquidada, como se justifica os constantes apelos dos órgãos oficiais para que a paz volte a reinar nas fileiras coligadas? Que par

tidos tão fortes serão esses, que não tem confiança na sua força e no seu prestígio para dar combate ao adversário que age sozinho sem alianças e nem conchavos, na luta que vem travando desde já para conquistar o poder? É que o baratismo é força indestrutível, é idéia sempre em marcha, cujos passos jamais poderão ser tolhidos por simples ameaças de quem somente isso poderá fazer. Magalhães Barata é o símbolo de um povo que não poderá ser enganado duas vezes" (102).

Essa questão já mencionada diz respeito ao fato de que, em 1950, os vários partidos que se uniram em torno da chamada Coligação Democrática Paraense tiveram em mira, fundamentalmente, a derrota de Magalhães Barata, o que foi conseguido no caso da já mencionada eleição para o governo do Estado. Todavia, o PSD não foi derrotado, já que continuou a deter duas cadeiras senatoriais, expressiva bancada estadual e federal, além das prefeituras. E somando-se a isso, o também já referido aspecto do governo Assunção, que não direccionou, a rigor, sua acção política para o desmonte da máquina baratista e tem-se, afinal, um quadro não de todo desfavorável para o ex-interventor.

É ainda o mesmo jornal, em seus primeiros números,

que consegue trazer a público, o que vinha a ser a mística do baratismo, que estava em consolidação:

"O "baratismo" em nossa terra constitui uma mística plasmada em lutas políticas de épocas memoráveis, mística que jama is desaparecerá, posto que é fruto das gloriosas tradições de trabalho, digni dade, desassombro, honestidade adminis trativa, sinceridade de propósitos, des velo pela instrução e a saúde, amparo à gente humilde, enfim, o baratismo sig nifica a grandeza da terra estremecida e a felicidade de seu digno povo" (103).

A história política de Magalhães Barata, desenvolvida de modo tão incidental, permite reflexão a respeito da for ça que foi o baratismo, a expressão do carisma do seu líder e, mais do que isso, da tenacidade de Barata para alcançar seus ob jetivos, levando-se em conta, por exemplo, algumas de suas co nhecidas limitações.

Um político muito ligado a Barata, muitos anos de pois de sua morte, considerou que:

"Barata é o exemplo incomum de quem cresce na vida sem ter os reais merecimentos

que possa alcançar isso. O Barata ape
nas impressionava pelo físico e pela
farda e apesar da sua pouca instrução,
ele sabia fazer uns discursos que im
pressionavam o populacho, mesmo assassi
nando a gramática e dizendo inconveni
ências. Desses tipos se aproveitam os
sabidos. Os que não fazem muita questão
de aparecer, eles preferem estar por
fora, para ter prestígio. Essa súcia
endeusa o governante, que se não tiver
uma formação especial, acaba mesmo pen
sando que é o que não é". (104).

Ora, esse baratista confirmava, em última instân
cia a existência de uma mística em torno de Magalhães Barata
que, quer seja pela farda, pela força ou pelas conjunturas, con
seguia implementar um projeto político que, na pior das hipóte
ses, teve vida longa.

Outro aspecto a destacar é que essa mística não
derivava, necessariamente, de uma unanimidade mas antes se man
teve na já falada divisão entre os que seguiam o líder e os que
se lhe opunham.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo particularizado de um partido político traz à baila os contornos de uma época, identificando com relativa clareza pontos importantes da história. O caso do Partido Social Democrático no Pará explicita bem essa questão, na medida em que, tendo sido dominante na política do Estado desde sua fundação, trouxe consigo uma grande figura histórica que, através do partido, consolidou sua atuação política e dele jamais se separou.

É essa grande figura da história do Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que assume papel relevante em toda a dimensão obtida pelo PSD e se torna o principal protagonista da história política paraense, sobretudo a partir de 1945.

Essa ligação indissociável entre Magalhães Barata e o PSD, evidenciada no trabalho, produziu um quadro dentro do qual qualquer estudo ligado ao PSD do Pará, por um lado, ou de Barata, por outro, confluem sempre para uma mesma direção.

No caso da figura de Magalhães Barata, é fácil de detectar, mesmo abstraindo-se a ideia do PSD, a importância que ele teve na história do Pará, sobretudo na década de 1920, quando participou do movimento tenentista que, afinal, viria ser preponderante para a culminância dos acontecimentos que desembocaram na revolução de 1930. Essa fase foi determinante para que ele construísse a base política que, posteriormente, se consolidou através do Partido Social Democrático.

Esse é o primeiro ponto, não desprezível e do qual deriva toda a questão em torno do partido. Cabe uma pergunta provocativa: o que seria do PSD sem Barata ou, ao contrário, deste sem o PSD?

Certamente, pelas razões expostas, a presença de Magalhães Barata foi fundamental para o sucesso do partido, principalmente levando-se em conta as raízes populistas da primeira interventoria baratista. Acresça-se o fato de que, antes do PSD ser criado, Magalhães Barata já se ensaiava como um divisor de águas na política paraense.

O segundo ponto diz respeito às circunstâncias em que o partido surgiu, sob a influência estadonovista e a herança ditatorial na formação de seus quadros. De certa forma, não é exagero dizer-se que o PSD nasceu no poder, o que facilitou sobremodo a sua estruturação e a grande margem de vantagem que logrou obter na política paraense. Mas, mesmo nesta perspecti

va, parece razoável constatar que a forte personalidade de Magalhães Barata foi um trunfo decisivo para as primeiros e grandes conquistas eleitorais do partido no Pará. É certo que as condições favoráveis oferecidas para a formação do PSD (apoio oficial, interventores, intendentes, Secretários de Estado e funcionários públicos, etc) prescindiam do prestígio do ex-interventor que, todavia, soube extrapolar da missão que lhe foi confiada.

Mesmo confundindo-se sempre com a figura de Barata, o PSD paraense foi, no entanto, tudo aquilo que seria de esperar de um partido "oficial", que desfrutou as benesses do poder e que soube crescer sob várias condições: na empolgação do prestígio de Barata ou na fraude, sempre patrocinada pelos síncios do líder que, sem se mancomunar com elas, todavia não as coíbia.

Este é um terceiro ponto da história pessedista que merece ser registrado, porque foi uma variável importante para o desfecho das duas principais eleições de que Barata participou para o Governo do Estado, que representaram uma derrota e uma vitória e, em ambos os casos, com acusações de fraude. O partido cresceu com o carisma de Magalhães Barata, com o uso da máquina oficial do governo, com a utilização de métodos fraudulentos (que marcou a vida paraense e, de resto, a brasileira em todas as épocas) mas também, é justo que se diga, fazendo proselitismo legítimo e arregimentando quadros naturais

mente, como sói ocorrer com os partidos políticos.

A composição social do partido, por seu turno, dá a idéia precisa da sociedade da época, quando o PSD praticamente se valeu do que estava ao seu alcance para se estruturar. A heterogeneidade dos quadros exprime a dimensão que o partido procurava, mas a base social que lhe assegurava as vitórias de monstra bem em que se sustentava o partido, voltado para as classes mais pobres do Estado e certamente mais fáceis de serem cooptadas.

É esta a interseção mais nítida entre o PSD e Magalhães Barata ou, para ser mais explícito, entre o pessedismo e o baratismo. O populismo do ex-interventor serviu à feição para fortalecer o partido, que conquistou assim, um eleitorado cativo. Em outras palavras, a influência de Magalhães Barata ampliava os quadros partidários que, por sua vez, asseguravam a presença do líder permanentemente em cena.

Ao fim e ao cabo, tem-se duas trajetórias políticas muito importantes e dependentes: a do homem e a de seu partido, ambas decisivas para a vida política do Estado. A morte de Barata e o crescimento do PSD que dela decorreu não são suficientes para eliminar a influência do líder sobre o partido porque é sabido que esse crescimento, já na década de 1960 e próximo do fim da agremiação, deveu-se sobremaneira à memória de Magalhães Barata, o que é reconhecido com unanimidade até

pela própria oposição ao baratismo. Com isso se infere a importância de Magalhães Barata com sua mística e seu carisma, para os rumos que o Estado tomou, a partir da redemocratização de 1945.

O PSD do Pará e Magalhães Barata formaram, ao seu tempo, uma escola de política, que teve o mérito de comandar o Estado dentro do que pode ter sido um projeto político embora não muito explícito e propiciou o necessário aprendizado para toda uma geração de militantes que ultrapassaram as vicissitudes que afligiram e acabaram por liquidar o partido. A sua extinção não foi suficiente para dispensar os militantes, que sempre se consideraram vivendo em família, de tal sorte que, de uma forma ou de outra, o PSD continuou vivo no Pará, seja pela memória de Barata, seja pela união dos antigos pessedistas.

Daí a importância de se rever e, dentro do possível, resgatar uma parte da conturbada história política do Pará. Essa parte, que neste trabalho se delimitou em cerca de vinte anos (1945/1965) não pode ficar perdida no tempo e desvinculada do futuro, porque dela derivou o presente de hoje. E é para esse presente, de largas inquietações, que se busca explicações contidas no passado.

Sem se pretender esgotar o assunto, a abordagem aqui levada a efeito procurou abrir mais luzes nos intrincados

labirintos que permearam a vida, as atividades partidárias no
Pará.

É, afinal, uma contribuição a mais para diminuir
as distâncias que separam as versões dos fatos.

NOTAS

- (1) OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *O partido social democrático*. - tese de mestrado - Rio de Janeiro, 1973, Mimeo, p.10.
- (2) Cf. HIPRÓLITO, Lúcia. *PSD: De raposas e reformistas*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985, passim.
- (3) Cf. id. *ibidem*, passim.
- (4) Cf. ROCQUE, Carlos. *A formação revolucionária do Tenente Barata*. Belém, Multigrafh, 1983, passim.
- (5) Jornal "A Vanguarda". Belém, 30.04.1945.
- (6) A Comissão Central era formada pelos seguintes membros: Alberto Engelhard, Cunha Coimbra, Ney Peixoto, João Botelho, Paulo de Oliveira e Luis Clementino de Oliveira. Comissão de Imprensa: Lindolfo Mesquita, Maurício Coelho de Souza, Benedito Carvalho e Carlos Pereira. Comissão de Convites: Ney Peixoto, Cunha Coimbra, Paulo de Oliveira, Waldir Bouhid, Renato Franco e Alvaro Guimarães. Comissão de Organização e Recepção: Aníbal Duarte, Otávio Meira, João Botelho, Pedro Guabiraba, Nunes Rodrigues, Otávio Oliva, Archibaldo Feio, Antônio Dantas Lima e Dulcídio Barata.
- (7) Discurso publicado no Jornal "A Vanguarda". Belém, 02.05.1945.
- (8) *Ibidem*.
- (9) *Ibidem*.

- (10) Ibidem.
- (11) Ibidem.
- (12) OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Op. Cit. p. 18.
- (13) Entrevista concedida ao autor pelo General Moura Carvalho. Belém, outubro de 1986.
- (14) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. João Menezes. Belém, abril, 1986.
- (15) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Aurélio do Carmo. Belém, março de 1986.
- (16) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Hélio Geuiros. Belém, maio de 1986.
- (17) MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*. Belém, FIEPA, 1989. p.19.
- (18) MICELI, Sérgio. *Carne e osso da elite política brasileira pós 30*. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira; o Brasil republicano*. São Paulo, DIFEL, 1977, p. 561.
- (19) Ibidem, p. 591.
- (20) Ibidem, p. 595.
- (21) Ibidem, p. 596.
- (22) CAMARGO. Aspásia et. alii. *Artes da política; diálogo com Ennani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986, p. 293.

- (23) MICELI, Sãrgio. op. cit., p. 595.
- (24) HIPÓLITO, Lúcia. op. cit., p.43.
- (25) Moura Carvalho foi sempre o fiel escudeiro de Barata, o seu amigo mais íntimo e que o acompanhou em todas as jornadas.
- (26) Entrevista de Megalhães Barata, publicada em "O Liberal". Belém, 12.02.1951.
- (27) Entrevista concedida ao autor pelo General Moura Carvalho. Belém, outubro de 1986.
- (28) SANTA ROSA, Virgínio. Jornal "Folha do Norte". Belém, 06.06.1950.
- (29) Entrevista concedida ao autor pelo General Moura Carvalho. Belém, outubro de 1986.
- (30) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Aurélio do Carmo. Belém, março de 1986.
- (31) BARATA, Joaquim de Magalhães Cardoso. Jornal "O Liberal". Belém, 12.02.1951.
- (32) Nota Oficial do Arcebispado do Pará. Jornal "Folha do Norte". Belém, 26.11.1946.
- (33) Discurso de Silvio Meira proferido na Assemblêia Legislativa do Pará, em 15.04.1952.
- (34) MEIRA, Octávio. *Memórias do quase-ontem*. Rio de Janeiro, Lidoador, 1975, p. 450.

- (35) Id. ibidem, p. 451.
- (36) Id. ibidem, p. 496.
- (37) BARATA, Joaquim de Magalhães Cardoso. Jornal "O Liberal", Belém, outubro de 1953.
- (38) ROCQUE, Carlos. op. cit., p. 75.
- (39) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Waldir Bouhid. Rio de Janeiro, agosto de 1986.
- (40) QUINTILIANO, Aylton. *Grão Pará; resenha histórica*. Belém, 1963, p. 214.
- (41) Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Carlos Rocque. Belém, março de 1986.
- (42) TUPIASSU, Amílcar Alves. As eleições paraenses de 1962. In: *Revista brasileira de estudos políticos*, nº 16, São Paulo, 1964, p. 31.
- (43) Id. Ibidem, p. 31.
- (44) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. João Menezes. Belém, abril de 1986.
- (45) Entrevista concedida ao autor pelo General Moura Carvalho. Belém, outubro de 1986.
- (46) Idem.
- (47) Idem.

- (48) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Aurélio do Carmo. Belém, março de 1986.
- (49) Idem.
- (50) Idem.
- (51) TUPÍASSÚ, Amílcar Alves. op. cit., p. 27.
- (52) Id. Ibidem p. 29.
- (53) Id. Ibidem, p. 37.
- (54) Id. Ibidem, p. 37.
- (55) Proclamação de Aurélio do Carmo no Jornal "*O Liberal*". Belém, junho de 1964.
- (56) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Aurélio do Carmo. Belém, março de 1986.
- (57) Idem.
- (58) Idem.
- (59) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Hélio Gueiros. Belém, maio de 1986.
- (60) TUPÍASSÚ, Amílcar Alves. op. cit., p. 30.
- (61) Entrevista concedida ao autor pelo General Moura Carvalho. Belém, outubro de 1986.
- (62) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Hélio Gueiros. Belém, maio de 1986.

- (63) TUPIASSU, Amílcar Alves. op. cit., p. 35.
- (64) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Hélio Gueiros. Belém, maio de 1986.
- (65) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. João Menezes. Belém, abril de 1986.
- (66) TUPIASSU, Amílcar Alves. op. cit. p. 37.
- (67) Entrevista de Magalhães Barata, In: COIMBRA, Creso. *A revolução de 30 no Pará; análise, crítica e interpretação da história*. Conselho Estadual de Cultura, Belém, 1981, p. 318.
- (68) COIMBRA, Creso. *A revolução de 30 no Pará*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1981, p. 352.
- (69) ROCQUE, Carlos. op. cit., p. 27.
- (70) COIMBRA, Creso. op. cit., p. 330
- (71) Id. Ibidem, p. 330.
- (72) Cf. LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa Ômega, 1975.
- (73) BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Editora UNB, 1986, p. 849.
- (74) Entrevista de Clóvis Ferro Costa, publicada em "O Liberal". Belém, 12.05.1982.
- (75) Idem.

- (76) Idem.
- (77) Entrevista de Magalhães Barata ao Jornal "O correio da manhã". Rio de Janeiro, 26.03.1959.
- (78) Idem.
- (79) Idem.
- (80) PENTEADO, Antônio Rocha. Belém: Estudo de geografia urbana. 2º volume. UFPA., Belém, 1968, p. 207.
- (81) Id. Ibidem p. 207.
- (82) Discurso de Magalhães Barata pronunciado por ocasião de seu retorno a Belém para assumir pela 2ª vez a Interventoria do Estado e publicado na imprensa no dia 10.02.1943.
- (83) Idem.
- (84) Entrevista de Magalhães Barata ao Jornal "O correio da Manhã", Rio de Janeiro, 26.03.1959.
- (85) O termo revolucionário é aspeado, propositadamente, a fim de se evitar discussão teórica a respeito, que não seria o caso neste trabalho. Fica o sentido que os militares brasileiros - e alguns civis - em geral lhe deram, ao longo do tempo.
- (86) Entrevista concedida ao autor pelo Dr. Hélio Gueiros. Belém, maio de 1986.
- (87) É bastante conhecido como se deu a entronização de Barata no governo paraense. Nunca foi desmentida a frase que Juarez Távora teria pronunciado na época, falando aos líderes da revolução de 30 no Pará que aceitaram a indi

cação de Barata: "você vão se arrepender dessa escolha".

- (88) WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p.61.
- (89) JAGUARIBE, Hélio. *Sociedade e política*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1985, p. 13.
- (90) IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 8.
- (91) Id. *Ibidem*, p. 8.
- (92) MOURÃO, Leila. *op. cit.* p. 68.
- (93) IANNI, Octávio. *op. cit.*, p. 49.
- (94) Id. *Ibidem*, p. 83.
- (95) COIMBRA, Creso. *op. cit.* p. 274.
- (96) QUINTILIANO, Aylton. *op. cit.*, p. 190.
- (97) BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 290.
- (98) NASCIMENTO, Álvaro Paz do. *Jornal "O Liberal"*. Belém, 22. 11.1946.
- (99) Editorial do *Jornal "O Liberal"*. Belém, fevereiro de 1951.
- (100) *Ibidem*.

- (101) Ibidem.
- (102) Ibidem.
- (103) Editorial do Jornal "O Liberal". Belém, 5.12.1946.
- (104) LUXARDO, Libero. Jornal "A Província do Pará". Belém, 05 e 06/03/1972.

BIBLIOGRAFIA

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo; ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto et. alii. *Dicionário de política*. Brasília, UNB, 1986.

BORGES, Ricardo. *O Pará republicano*. Belém, Imprensa Oficial, 1983.

_____. *Vultos notáveis do Pará*. Belém, CEJUP, 1986.

BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

CAMARGO, Aspásia et. alii. *Artos de política; diálogos com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

COIMBRA, Creso. *A revolução de 30 no Pará; análise, crítica e interpretação da história*. Belém, Imprensa Oficial, 1981.

CRUZ, Ernesto. *História do poder legislativo do Pará: 1935 a 1967*. 2º Volume, Imprensa Universitária, s/d.

Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro, FGV/CPDOC 1930 - 1983. Forense - Universitária, Rio de Janeiro, 1984.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1970.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira; o Brasil republicano*. São Paulo, DIFEL, 1977.

FLESCHER, David. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília, UNB, 1981, 2 vol.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa - Omega, 1974.

HIPÓLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

JACUARIBE, Hélio. *Sociedade e política: um estudo sobre a atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique. *Os partidos políticos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática; o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo; enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LIMA Jr, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

MEIRA, Clóvis. *Barata no centenário*. Belém, Imprensa Oficial, 1989.

MEIRA, Octávio. *Memórias do quase-ontem*. Rio de Janeiro, Lida dor, 1975.

MOURÃO, Leila. *Memória da indústria paraense*. Belém, FIEPA, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O partido social democrático - tese de mestrado*. Rio de Janeiro, 1973, Nimeo.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém - Estudo de geografia humana*. Belém, UEPA, 1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo, Anhambi, 1957.

QUINTILIANO, Aylton. *Grão Pará: resenha histórica*. Belém. s/d.

ROCQUE, Carlos. *A formação revolucionária do Tenente Barata*. Belém, Multigraph Editora, 1983.

_____. *Depoimentos para a história política do Pará*. Belém, Multigraph, 1981.

- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1984.
- SAMPAIO, Regina. *Ademar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982.
- SOARES, Glaucio Ari Dillon. *Sociedade e política no Brasil*, São Paulo, DIFEL, 1973.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa - Ômega, 1976.
- WIEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.
- TUPIASSU, Amílcar Alves. *As eleições paraenses de 1962*. In: *Revista brasileira de estudos políticos*, nº 16, São Paulo, 1964.
- _____. *As eleições paraenses de 1966*. In: *Revista brasileira de estudos políticos*, nº 23/24. São Paulo, 1967.

JORNAIS CONSULTADOS

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém-Pará
 A VANGUARDA, Belém-Pará
 FLASH, Belém-Pará
 FOLHA DO NORTE, Belém-Pará
 FOLHA VESPERTINA, Belém-Pará
 O IMPARCIAL, Belém-Pará
 O LIBERAL, Belém-Pará
 O CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro